



PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MACAÉ

SECRETARIA MUNICIPAL  
ESPECIAL DE EDUCAÇÃO

PREFETURA  
**MACAÉ**  
DESENVOLVIMENTO PARA TODOS

## Sumário

<b>1- INTRODUÇÃO</b> .....	<b>4</b>
1.1- O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PME NO MUNICÍPIO DE MACAÉ.....	4
1.2- OBJETIVOS E PRIORIDADES .....	6
<b>2- ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS</b> .....	<b>9</b>
2.1- DADOS GEOGRÁFICOS.....	9
2.2- HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE MACAÉ.....	10
<b>3- NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO</b> .....	<b>14</b>
3.1- EDUCAÇÃO INFANTIL .....	14
3.2- ENSINO FUNDAMENTAL.....	20
3.3- ENSINO MÉDIO.....	30
3.4- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	37
3.5- EDUCAÇÃO SUPERIOR .....	45
3.6- EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E NOVAS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS.....	49
3.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	54
<b>4- FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO</b> .....	<b>63</b>
<b>5- FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO</b> .....	<b>66</b>
<b>6- ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME</b> .....	<b>69</b>
<b>7- ANEXOS</b> .....	<b>71</b>
<b>8- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>83</b>

## **APRESENTAÇÃO**

A operacionalização e a gestão da Educação no Município de Macaé estão inseridas em um sistema de ensino onde os participantes têm seus papéis e responsabilidades delineados, reforçados pela criação da Lei Federal nº. 10.172/01, que instituiu o Plano Nacional de Educação e que contém e prevê indicações essenciais para a elaboração do PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO de Estados e Municípios.

Em função da importância desse trabalho, houve uma orientação da SEMED - Macaé para sistematizar exaustivamente todo conhecimento existente nas esferas estadual e federal visando à elaboração do PME, em consonância com as orientações disponibilizadas para os sistemas de educação de todo o país. Nesse processo foi anexada a visão municipal específica a respeito do papel, funções e, principalmente, do posicionamento da função “EDUCAÇÃO” no contexto desenvolvimentista de Macaé.

Dentre os referenciais utilizados no processo de elaboração do PME, não se pode omitir a importância do Plano Diretor Municipal, que contém dados que sinalizam todos os avanços ocorridos no Município, bem como as projeções com indicadores de desempenho no sistema educacional. Por esse motivo, o Plano Diretor constituiu-se em mais uma referência no processo de elaboração do PME.

Nesse sentido, faz-se necessário, sempre que couber, a revisão e o detalhamento dos dados do Plano Diretor, pois estes integram as previsões metodológicas do PME.

Durante o trabalho realizado, utilizou-se como orientação metodológica, a convivência, articulação e integração das esferas de atuação educacional tais como: o direcionamento da oferta do mercado de trabalho para o perfil econômico do Município, a preparação geral visando à formação de cidadãos com plena condição de acesso aos benefícios do convívio social, da cultura, da criatividade no campo das artes, da preparação e produção intelectual de modo que estes possam inserir-se, individual e coletivamente, no contexto social do Município, aprimorando-o e tornando-o mais digno e responsável.

## **1- INTRODUÇÃO**

### **1.1- O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PME NO MUNICÍPIO DE MACAÉ**

A elaboração de um Plano Municipal de Educação possibilita à sociedade a superação de uma prática bem difundida nos dias de hoje: a descontinuidade das políticas públicas em educação pois, por possuir força de lei, um plano de educação faz-se respeitado por todos os dirigentes municipais e pela sociedade.

Construir um Plano Municipal de Educação exige um planejamento conjunto do Poder Público Municipal através do Executivo e de setores da sociedade civil organizada, utilizando-se de bases científicas e todos os elementos possíveis (históricos, geográficos, culturais, sociais, financeiros, demográficos) existentes e disponíveis para uma leitura condizente com a realidade atual do Município, além de possibilitar a concretude das ações nele elencadas, passíveis de realização numa realidade futura, escalonando as ações em curto, médio e longo prazo.

O PME respalda-se em meios legais que traduzem o compromisso de buscar, de forma plena, a educação transformadora e possibilitadora de uma nova realidade social inclusiva e cidadã.

A Constituição Federal, no Artigo 214 determina a obrigatoriedade de construção do Plano Municipal de Educação no qual as ações do Poder Público, articuladas e de forma integrada, devem estar voltadas para a universalização do atendimento escolar, da erradicação do analfabetismo, da melhoria da qualidade de ensino, da formação para o trabalho e da produção científica e tecnológica do país.

Dentro desse contexto, a elaboração e aprovação do PME tornaram-se uma determinante para o alcance das diretrizes estabelecidas na Constituição Federal, na Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN) e na Lei Federal nº. 10.171/01(PNE).

O Município de Macaé, pelo papel vanguardista que ocupa social, política e geograficamente em toda região litorânea e pela visão avançada que

possui da importância da educação, desempenha papel de destaque no contexto educacional e vem ratificar essa postura com a apresentação do Plano Municipal de Educação, cuja aprovação e transformação em Lei Municipal garantirão a continuidade de todas as ações e diretrizes nele contidas.

O PME apresenta dados e metas da Educação Básica perpassando pela Educação Infantil, Educação Especial, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, delineando também diretrizes para a Educação Superior para os próximos dez anos, conforme a Lei Federal nº 10.171/2001 – PNE, assegurando-se assim a continuidade das políticas públicas em Educação e o alcance dos objetivos e metas propostas.

A elaboração do PME de Macaé constituiu-se em um espaço aberto para discussão, com a participação de diversos segmentos da sociedade.

Na Câmara Municipal, esse debate continuará e permitirá que, transformado em lei, direcione os caminhos da Educação no Município. Todos os resultados obtidos reforçarão futuros compromissos políticos para que as ações do governo se concretizem, impedindo a quebra de continuidade das políticas exitosas e possibilitando a reavaliação das que não apresentarem o rendimento e o sucesso esperado.

Durante a sua elaboração, o PME de Macaé viveu diversas fases. No primeiro momento, a definição de segmentos da sociedade, a nomeação da Comissão para elaboração do Plano e a distribuição de competências, ocuparam toda a atenção da SEMED e do Conselho Municipal de Educação, co-gestores do processo.

Num segundo momento, foi sistematizado o resultado do documento norteador dos GT's – Grupos de Trabalhos - realizados nas unidades escolares municipais, resultado da atuação de profissionais de educação em discussões críticas e conscientes da importância desse momento no contexto educacional do Município, tornando-se parte integrante do PME e retratando as suas aspirações para o próximo decênio.

Paralelamente, a comissão distribuiu-se em subcomissões com a responsabilidade de levantar dados referentes aos diversos eixos temáticos do PME, utilizando a história existente, assim como avanços e experiências de sucesso.

O mais importante é que, com a criação do PME, o Município de Macaé está cumprindo o que preceitua a Lei Federal nº. 10.171/01, que aprova o PNE e que, em seu artigo 2º, estabelece: “*A partir da vigência desta Lei, o Estado, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no PNE, elaborarem Planos Decenais*”, além de garantir que, nos próximos dez anos, os avanços obtidos continuem, ampliando-se de forma a oferecer a todos a educação transformadora que Macaé sonha e deseja para seus cidadãos.

## **1.2- OBJETIVOS E PRIORIDADES**

Em consonância com os objetivos gerais do Plano Nacional de Educação e considerando as especificidades locais, identificadas no diagnóstico da educação do Município de Macaé, foram traçadas as diretrizes gerais do Plano Municipal de Educação, orientadas para o alcance dos seus objetivos básicos. Assim, este Plano Municipal de Educação tem como objetivos:

- a) A elevação global do nível de escolaridade da população.
- b) A melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis.
- c) A redução das desigualdades sociais, no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação.
- d) A democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais, o que implica na participação dos trabalhadores da educação, na elaboração do projeto político-pedagógico da escola e a participação das comunidades escolares e locais em organizações estudantis, conselhos escolares, conselhos gestores e em outras formas de organização da comunidade escolar.

Considerando que os recursos financeiros são limitados e que a capacidade para responder ao desafio de oferecer uma educação compatível

com aquela definida tanto pelo Plano Nacional como pelos movimentos sociais depende de uma seqüência progressiva de ações, são estabelecidas prioridades neste plano, segundo o dever constitucional e as necessidades sociais.

Essas prioridades são as seguintes:

- 1) Garantia de ensino fundamental obrigatório de nove anos a todas as crianças de 6 a 14 anos, assegurando o seu ingresso e permanência, com sucesso, na escola e a conclusão desse ensino com qualidade social. Essa prioridade inclui o necessário esforço dos sistemas de ensino para que todas obtenham a formação adequada ao desenvolvimento humano integral, indispensável ao exercício da cidadania plena e ao usufruto do patrimônio cultural da sociedade contemporânea. O processo pedagógico deverá se adequar às necessidades dos alunos, de acordo com as suas fases de idade e o seu ambiente cultural, garantindo um ensino socialmente significativo.
- 2) Garantia de acesso à educação de qualidade em todos os níveis e modalidades aos portadores de necessidades educacionais especiais, nas redes regulares de ensino.
- 3) Garantia de ensino fundamental e médio a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram, e de erradicação total do analfabetismo, considerando-se a alfabetização de jovens e adultos como ponto de partida e parte integrante desse nível de ensino.
- 4) Ampliação do atendimento à educação infantil e ao ensino médio, como também para os jovens e adultos que não cursaram os níveis de ensino nas idades próprias.
- 5) Valorização dos trabalhadores da educação, com particular atenção à formação inicial e continuada, tanto para professores como para funcionários administrativos. Faz parte dessa valorização a garantia das condições adequadas de trabalho, entre elas, o tempo para estudo e preparação das aulas; a garantia de salário digno, com piso salarial e

plano de carreira, tanto para o magistério como para os funcionários administrativos.

- 6) Desenvolvimento de sistemas de gestão democrática e participativa, de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino.
- 7) Desenvolvimento do regime de colaboração com a União, o Estado e a Sociedade Civil, visando à plena execução dos objetivos e metas previstos no Plano Municipal de Educação.
- 8) Realização do Censo Educacional e criação de banco de dados para acompanhamento da educação em todas as esferas que atuam no Município de Macaé.

## 2- ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

Perfil do Município de Macaé

### 2.1- DADOS GEOGRÁFICOS

Área: 1.216 Km<sup>2</sup> (IBGE 2000)

População: 157.649 habitantes (2007)

Altitude: 2m

Distância da Capital do Rio de Janeiro: 182 Km

Divisão Administrativa do Município: 1º Cidade de Macaé; 2º Córrego do Ouro; 3º Cachoeiros de Macaé; 4º Glicério; 5º Frade; 6º Sana.

O 1º Distrito, Cidade de Macaé, está subdividido em 5 (cinco) subdistritos: 1º - Barra de Macaé; 2º - Parque Aeroporto; 3º- Cabiúnas; 4º- Imboassica e 5º - Centro

Municípios Limítrofes: Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Nova Friburgo, Trajano de Moraes, Conceição de Macabu, Quissamã e Carapebus.

Atividade Econômica: A principal atividade econômica desenvolvida no Município é a produção de petróleo na bacia de Campos. Desde a década de 1970, a PETROBRAS instalou-se na cidade de Macaé e trouxe crescimento econômico para o Município e a região. Milhares de pessoas de outras regiões do país buscam oportunidade de emprego em Macaé. Da mesma forma, a indústria de petróleo atrai outras indústrias e empresas prestadoras de serviços direta ou indiretamente ligadas ao petróleo.

Outras atividades econômicas tradicionais realizadas em Macaé são: a pesca, a agropecuária, o comércio e indústrias têxteis e de alimentos.

Clima: quente e úmido na maior parte do ano, com temperaturas que variam entre 18º C e 30ºC. Amplitude térmica considerável ocasionada pela troca de ventos entre o litoral e a serra.

Hidrografia: Os principais rios que cortam o Município são o Rio Macaé e o Rio São Pedro. Além destes, há também outros rios como o Rio Sana, Rio Imboacica, Rio do Ouro, Rio do Trapiche, Rio da Peroba, Rio das Duas Barras, Rio das Pedras, Rio do Ouriço, Rio d'Anta. O Município dispõe também de

vários córregos e lagoas. (Atlas Geográfico Escolar - Município de Macaé. Secretaria Municipal de Educação e Fundação Macaé de Cultura. Rio de Janeiro, 2004)

Coordenadas geográficas:

Latitudinal: 22°37'08" Longitudinal: 41°78'69"

## **2.2- HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE MACAÉ**

A ocupação da Baixada Litorânea, onde está localizado o Município de Macaé, deu-se no início do século XVI com a criação das Capitânicas Hereditárias pela Coroa Portuguesa. Foi então criada a Capitania de São Tomé (doadada a Pero de Góes), limitada ao norte pela Capitania do Espírito Santo e, ao sul, pela Capitania de São Vicente. A disputa entre portugueses e índios pela ocupação das terras levou ao abandono da capitania pelos seus donatários.

Sabedores do abandono da capitania, já então denominada Paraíba do Sul, em referência ao rio de mesmo nome que corta a região, sete capitães, que haviam prestado serviços à Coroa requereram, em 1627, as terras entre o rio Macaé e o Cabo de São Tomé. Três anos depois os padres jesuítas solicitaram à Coroa as terras situadas ao sul da Sesmaria dos Sete Capitães entre o rio Macaé e o rio Leriipe, hoje Rio das Ostras.

A ocupação da área próxima ao rio Macaé, no entanto, só se efetivou a partir de 1614, ante a ameaça de invasão da costa. No intuito de impedir que aventureiros ingleses fundassem uma fortificação na região, foram tomadas providências pelo Governo de Madrid – que representava a União Ibérica – no sentido de mandar que se estabelecessem de 100 a 200 índios numa aldeia, próxima ao rio Macaé (em frente à ilha de Santana), o que deu início ao primeiro núcleo de povoamento de Macaé.

Por volta de 1634, alguns currais foram levantados por jesuítas que construíram ainda dois outros núcleos de povoamento – o primeiro erguido na base do morro de Santana, com engenho de açúcar, colégio, capela e lavoura

de cana-de-açúcar e mandioca, conhecido como *Fazenda Macaé* e o outro, o *Engenho de Imboacica*, com senzala, paiol e lavouras.

Em 1759, os jesuítas foram expulsos do Brasil, por determinação do Marquês de Pombal, e suas terras levadas a leilão.

O Alvará de 29 de julho de 1813 elevou a povoação de Macaé à categoria de Vila de São João de Macaé, com uma parte de suas terras desmembradas da Vila de Campos e outra da cidade de Cabo Frio.

Entre as áreas de planície e serra distribuíram-se as *freguesias* que integravam o Município recém-formado. Algumas delas de formação muito antiga, como as freguesias de *Nossa Senhora do Desterro de Quissamã* (1694) e de *Nossa Senhora das Neves* (1795); outras, formadas depois de 1813 como as freguesias de *Nossa Senhora da Conceição do Arraial dos Frades* (1872), *Carapebus* (1842), *Nossa Senhora da Conceição de Macabu* (1855), *Barreto* (1857) e freguesia de *São João Batista*, criada em 1846 e que foi também sede do Município.

Situado ao norte da Província do Rio de Janeiro, o Município de Macaé integrava, no século XIX, o circuito do mercado interno, destacando-se como produtor de açúcar e derivados, café, farinha de mandioca, frutas, peles e outros gêneros. A produção, sobretudo na área canavieira, desenvolveu-se com uso da mão-de-obra escrava, mas também foi significativa a presença do trabalho organizado em pequenas propriedades, de base camponesa, alocado na produção de café e gêneros de subsistência.

A expansão das lavouras de cana na região a partir do século XVIII foi responsável pela formação de uma aristocracia rural proprietária de escravos e terras. Sobretudo, a partir da segunda metade do século XIX, os investimentos na fundação e modernização dos engenhos de açúcar em Campos e Macaé revelam os investimentos das elites rurais na qualidade do açúcar produzido.

Grande empreendedor da região foi José Carneiro da Silva, I Visconde de Araruama, defensor da construção do canal Campos - Macaé e responsável por parte de sua construção e manutenção, além da construção de estradas e abertura de caminhos para o transporte da produção. Seus filhos – Bento

Carneiro da Silva (II Visconde de Araruama), João José Carneiro da Silva, (Barão de Monte Cedro), Manoel Carneiro da Silva (Visconde de Ururahy), José Caetano Carneiro da Silva (Visconde de Quissamã), Dr. Eusébio de Queiros Mattoso e o Conselheiro Almeida Pereira, seus genros , foram acionistas da Companhia Engenho Central de Quissamã, inaugurada em 1877 e considerado o maior engenho central da América Latina.

As ótimas condições naturais para ancoragem de embarcações fizeram do porto de Imbetiba um dos mais importantes do Império. As mercadorias chegavam ao porto através de um extenso canal idealizado desde o final do século XVIII, no intuito de facilitar o transporte da produção regional e aproveitar o potencial hídrico da região. A construção da planta foi autorizada pelo Governo Provincial em 1837 e as obras iniciadas na década de 1840.

Com aproximadamente 109 quilômetros de extensão o Canal Campos-Macaé só foi concluído em 1872, mas seu funcionamento - para transporte de cargas e passageiros – deu-se no início da década de 1860. As obras foram fiscalizadas pelo próprio imperador Pedro II, em visita a Quissamã, em 1847, segundo relato de Alberto Lamego.

Pelo canal era feito o transporte, em balsas e embarcações de pequeno porte, de madeira, açúcar, café e de toda a sorte de mercadorias produzidas na região que, após serem transferidas para embarcações maiores, seguiam do Porto de Imbetiba para o Porto do Rio de Janeiro. Através do canal também era realizado o abastecimento dos armazéns, oficinas e lojas comerciais da região.

Em 1875, com a construção da Estrada de Ferro Macaé - Campos, o Canal tornou-se obsoleto e com ele o Porto, na medida em que o transporte ferroviário se expandia pela Província Fluminense, com a construção da Estrada de Ferro Leopoldina.

Com a abolição da escravidão, em 1888, os municípios escravistas da Província Fluminense experimentaram a crise advinda da escassez de braços nas lavouras e, segundo os fazendeiros locais, da falta de subsídios por parte do Governo para as lavouras.

No século XX as atividades econômicas do Município ganharam novo fôlego a partir da descoberta de petróleo na bacia de Campos e da instalação de uma sede da PETROBRAS em Macaé para o gerenciamento das operações de exploração do petróleo na Bacia de Campos, na década de 1970.

O aumento das oportunidades de empregos e investimentos gerados pela indústria petrolífera e demais indústrias de equipamentos e serviços instaladas no Município, vem causando uma verdadeira explosão demográfica e modificando, em ritmo acelerado, o perfil da cidade e produzindo aumento da demanda de serviços públicos. A ocupação desordenada do espaço gera atualmente desequilíbrios ambientais e faz proliferar os bolsões de miséria nas áreas periféricas da cidade, sobretudo os novos macaenses ou mesmo antigos moradores do Município que hoje se beneficiam da oferta de serviços de saúde, lazer, comunicação e transportes assistem, perplexos, ao crescimento da violência nas suas variadas formas.

### ***Fontes Consultadas***

- 1- PENHA, Ana Lucia Nunes - O Município de Macaé: fortunas agrárias na transição da escravidão para o trabalho livre. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2001, mimeo.
- 2- SANTOS, Sonia Regina de Souza Lapa – As Alterações nos recursos hídricos do Município de Macaé depois da instalação da Petrobras - Curso de Pós-Graduação ambiental com ênfase em gestão de petróleo – MBA. Macaé: UCAM, 2006, mimeo.
- 3- Wikipédia – Município de Macaé

### 3- NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO

#### 3.1- EDUCAÇÃO INFANTIL

“A Educação Infantil inaugura a educação da pessoa”.(Hartmam)

A Constituição Federal de 1988 confirmou a creche como instituição educativa, um direito da criança, uma opção da família e um dever do Estado, reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996: Ela afirma: “*A Educação Infantil será oferecida em: I – Creches ou entidades equivalentes, para crianças até três anos de idade; II – Pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade.*” O que vem apresentar uma ruptura com todo um passado marcado pelo assistencialismo.

A LDBEN evidenciou a importância da Educação Infantil que passou a ser considerada como primeira etapa da Educação Básica (Título V, Capítulo II, Seção II, Art.29), tendo por finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade.

Dessa forma, o trabalho pedagógico com crianças de 0 a 5 anos e 11 meses adquiriu reconhecimento e ganhou uma dimensão mais ampla no sistema educacional, de maneira a atender às especificidades do desenvolvimento dessa faixa etária e contribuir para a construção do exercício da sua cidadania.

Considerando a grande distância entre o que diz o texto legal e a realidade da Educação Infantil, a LDBEN dispõe no título IX, das Disposições Transitórias, Art.89, que: “*As Creches e Pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas, deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta Lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino.*”

Com o objetivo do atendimento à demanda por vagas nas creches e pré-escolas do Município de Macaé oriundas do desenvolvimento sócio-econômico ocorrido nos últimos anos, ampliou-se a criação de creches e pré-escolas.

O atendimento às crianças da Educação Infantil no Município de Macaé, compreende a faixa etária até os 5 anos e 11 meses de idade, obedecendo a seguinte nomenclatura: Maternal I – até 2 anos e 11 meses de idade; Maternal II – até 3 anos e 11 meses de idade; Pré I – até 4 anos e 11 meses de idade e Pré II – até 5 anos e 11 meses de idade. (Portaria SEMED Nº. 003/2005), bem como o atendimento à proposta inclusiva para os portadores de necessidades educacionais especiais, já em desenvolvimento no Município, que conta também com a Coordenadoria Especial, a qual, através de seus professores itinerantes dá suporte técnico e pedagógico a professores e escolas para melhoria da qualidade no atendimento.

Ao pensar na função pedagógica dessas instituições, baseada no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI)<sup>1</sup>, o Município tem como pressuposto um trabalho que leva em consideração a vivência e os conhecimentos prévios da criança como ponto de partida e os amplia, com o objetivo de levá-las à construção de novos conhecimentos, valorizando suas descobertas e respectivas manifestações, incentivando sua forma de comunicar-se, sua criatividade e espontaneidade, num ambiente que propicie experiências prazerosas. A proposta de Educação Infantil visa valorizar e viabilizar o trabalho com a infância, onde o lúdico tem papel privilegiado de maneira a não existirem prerrogativas para que a educação de 0 a 5 anos seja uma preparação para ingresso nas classes de alfabetização.

Nesta etapa da escolaridade, a avaliação se processa através de relatório descritivo das competências, habilidades e atitudes alcançadas pelas crianças, sem caráter promocional. Assim sendo, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

---

<sup>1</sup>(RCNEI- documento elaborado em 1988 no contexto da definição dos parâmetros curriculares nacionais que atendam ao estabelecido no artigo 26 da LDB em relação à necessidade de uma base nacional comum para os currículos, como a função de subsidiar a elaboração de Políticas Públicas de Educação Infantil com vistas à melhoria da qualidade e equalização do atendimento.

Além das Creches, a escola em tempo integral está sendo ampliada e beneficiará as demais escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, possibilitando, assim, o acesso das crianças a atividades esportivas, artísticas, culturais, bem como a sua permanência na Unidade Escolar, o que vem contribuir para a continuidade de sua formação.

As Unidades Escolares também dispõem de uma Equipe que integra e viabiliza, junto à Direção Escolar, soluções para eventuais problemas de ordem estrutural e ação integrada entre as diversas Secretarias do Município, como garantia de uma Política Pública Intersetorial (assistência social, cultura, saúde, comunicação social, lazer) e atendimentos especializados nos CEMEAES (Centro Municipal de Educação e Atendimento Especializado ao Escolar); e CAPSI (Centro de Atendimento Psicossocial Infantil).

De igual modo, os cursos de atualização profissional têm da Secretaria Municipal Especial de Educação do Município (SEMED) uma atenção especial, dada a relevância da atuação de seus profissionais como mediadores no processo de ensino e aprendizagem.

Trabalhar conjuntamente todas as instâncias de unidade de educação a fim de traçar uma filosofia pedagógica comum a todos, tem como objetivo, não apenas a escolarização em si, mas a educação capaz de garantir ao sujeito um exercício competente da cidadania.

“Nossas escolas se abrirão para fora. Das portas abertas nascerá o convívio com a cidade, a sala de aula se ampliando subvertendo limites: Uma sala de aula do tamanho do mundo.”

*Regina de Assis*

OBJETIVOS E METAS	AÇÃO OU ATIVIDADE
<p>1. Ampliar a oferta da Educação Infantil de forma a atender, gradativamente, a demanda, num trabalho de parceria entre as redes privada e pública do Município e as empresas locais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Buscar os recursos financeiros da União e do Estado estabelecidos em lei;</li> <li>- Construir escolas de Educação Infantil pública municipal, conforme a demanda;</li> <li>- Buscar recursos locais e ampliar parcerias para garantir a oferta;</li> <li>- Adequar os convênios existentes, à legislação vigente.</li> </ul>
<p>2. Garantir a infra-estrutura mínima com relação às exigências estabelecidas na legislação vigente quanto a:</p> <p>a) Acessibilidade, espaço interno, com iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgoto sanitário;</p> <p>b) instalações sanitárias a higiene pessoal das crianças;</p> <p>c) instalações para preparo e/ou serviço de alimentação;</p> <p>d) ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da educação infantil, incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brincar, além do desenvolvimento da cognição;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover a integração entre as Secretarias Municipais Especiais de Educação, Planejamento, Saúde, Obras, Desenvolvimento Social e Humano para o efetivo atendimento das exigências da legislação quanto à infra-estrutura adequada das instituições de Educação Infantil;</li> <li>- apresentar, antes da homologação, os anteprojetos de construção para análise e apreciação da Secretaria Municipal Especial de Educação;</li> <li>- autorizar somente a construção e funcionamento de instituições de Educação Infantil públicas ou privadas, que atendam aos requisitos de infraestrutura estabelecidos pelo Conselho Municipal de Educação;</li> <li>- adequar as escolas às normas de segurança estabelecidas pelos órgãos públicos competentes;</li> <li>- credenciar todas as escolas de Educação Infantil</li> </ul>

OBJETIVOS E METAS	AÇÃO OU ATIVIDADE
<p>e) mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos;</p> <p>f) adequação gradativa do espaço às características das crianças com necessidades educacionais especiais.</p>	<p>do Sistema Municipal de Ensino;</p> <p>- prover o mobiliário, os equipamentos e os materiais didático-pedagógicos das instituições de Educação Infantil e organizar uma brinquedoteca ou sala multiuso com espaços e recursos que estimulem a aprendizagem num ambiente lúdico e prazeroso, adequado para essa etapa de ensino.</p>
<p>3. Garantir a adequação de verba federal e/ou outras específicas ao atendimento das crianças com necessidades educacionais especiais, de ordem federal e estadual.</p>	<p>- Estabelecer critérios para garantir a redução do número de alunos em salas de aula que tenham incluídos crianças com necessidades educacionais especiais.</p>
<p>4. Adequar, gradativamente, as escolas de Educação Infantil às exigências da legislação em vigor.</p>	<p>- Manter acompanhamento efetivo sobre o cumprimento das normas estabelecidas pelo respectivo Sistema de Ensino.</p>
<p>5. Prover as Escolas de Educação Infantil com os profissionais necessários;</p>	<p>- Garantir a lotação de profissionais necessários ao bom funcionamento que atendam as Unidades Escolares de Educação Infantil.</p>
<p>6. Garantir que, até 2018, todos os profissionais que atuam na Educação Infantil tenham a formação mínima estabelecida em lei, (hoje, Nível Médio – Modalidade Normal) e que até 70% dos profissionais que atuam em sala de aula tenham um curso de especialização em Educação Infantil.</p>	<p>- Realizar um acompanhamento sistemático pelos órgãos competentes para garantir a qualidade do ensino.</p> <p>- Admitir somente profissionais com a formação mínima estabelecida em lei.</p>
<p>7. Manter o Programa de Formação em Serviço, objetivando o comprometimento e a auto-valorização do profissional da Educação Infantil.</p>	<p>- Incentivar a participação efetiva dos profissionais nos programas e eventos estabelecidos, primando pela qualidade no desempenho das funções.</p>

OBJETIVOS E METAS	AÇÃO OU ATIVIDADE
<p><b>8.</b> Buscar integração entre as esferas municipal, estadual e particular, para assegurar a política da Educação Infantil no Município.</p>	<p>- Realizar encontros sistemáticos entre as esferas municipal, estadual e particular, quanto à implementação dos objetivos e metas da Educação Infantil estabelecidas no Plano Municipal de Educação.</p>
<p><b>9.</b> Garantir a continuidade dos recursos para a alimentação escolar.</p>	<p>- Manter e ampliar os convênios, acompanhando o aumento dos repasses dos recursos financeiros, considerando a inflação existente.</p>
<p><b>10.</b> Manter a qualidade da alimentação escolar quanto ao atendimento e o suprimento das necessidades nutricionais.</p>	<p>- Dispor de técnicos responsáveis para o controle e acompanhamento da alimentação escolar.</p>
<p><b>11.</b> Garantir a aplicação do percentual destinado para a Educação Infantil.</p>	<p>- Acompanhar a Lei de Diretrizes Orçamentárias sobre a aplicação do percentual destinado para a Educação Infantil;</p> <p>- Firmar convênios com Entidades legais com vistas ao atendimento da Educação Infantil.</p>
<p><b>12.</b> Garantir a continuidade da participação da comunidade, no processo de ensino-aprendizagem, através do Círculo de Pais e Mestres e outras formas de organização.</p>	<p>- Mobilizar e capacitar os membros representantes da comunidade escolar, dos órgãos colegiados: Círculo de Pais e Mestres e Conselhos Escolares ou equivalentes auxiliando-os no desempenho de suas funções.</p> <p>- Oferecer encontros de integração entre as diferentes redes de ensino, para fortalecer as organizações.</p>

### **3.2- ENSINO FUNDAMENTAL**

Ofício de ensinar não é para aventureiros, é para profissionais, homens e mulheres que, além dos conhecimentos na área dos conteúdos específicos e da educação, assumem a construção da liberdade e da cidadania do outro, como condição mesma de realização de sua própria liberdade e cidadania.

*(Ildeu Moreira Coelho)*

O Município de Macaé encontra-se situado no Estado do Rio de Janeiro na Região Norte Fluminense, tendo como população aproximadamente 160.000 habitantes. Sua base econômica principal é a exploração de petróleo, por isso é um Município gerador de muitos empregos. Recebe, diariamente, habitantes de todo o país que vêm à procura de empregos, buscando melhores condições sócio-econômicas.

A legislação atual garante a Universalização do Ensino Fundamental. Sendo assim, cabe ao Poder Público promover Políticas Públicas de Educação que atendam o ser humano em seu aspecto integral e garantam seus direitos, visando o desenvolvimento da capacidade de aprender, a aquisição de habilidades e a formação de atitudes e valores. As políticas passam pela democratização do ensino que direcionam metas e ações que garantam educação para todos, a permanência do aluno na escola, a qualidade do ensino-aprendizagem, estruturas físicas dignas, formação e valorização dos profissionais da educação, condições de trabalho e recursos pedagógicos e tecnológicos.

Desta forma, garantir uma educação pública de qualidade é um dos maiores desafios da Prefeitura de Macaé, pois, sua Rede de Ensino cresce demasiadamente o que acarreta uma grande necessidade de expansão das escolas e, conseqüentemente, de seu quadro de funcionários, principalmente, professores.

Os professores ingressam na Rede Municipal através de concursos públicos, por isso o perfil desses profissionais é bastante diversificado, porque

muitos deles procedem de Municípios vizinhos e, outros, de diferentes localidades do país.

Sendo assim, diante do crescimento quantitativo de alunos e, conseqüentemente, de professores recém concursados, as políticas de Formação de Professores da Secretaria Municipal Especial de Educação de Macaé para a melhoria da qualidade do Ensino, têm evidenciado a Formação Continuada e em serviço dos educadores do Ensino Fundamental. Esta capacitação consolidou-se com os objetivos de possibilitar uma aproximação entre a atuação do professor em sala de aula e os conhecimentos necessários para melhorar sua intervenção junto aos alunos, assim como, gerenciar a educação de maneira a facultar o ensino e a aprendizagem.

A Secretaria Municipal Especial de Educação de Macaé foi estruturada em Secretarias e Coordenadorias em 2007. Desde então, na Secretaria Executiva Pedagógica, existe a Coordenadoria de Ensino Fundamental que agrega os Orientadores Pedagógicos e Educacionais, os Coordenadores Pedagógicos e os Coordenadores de área. Esta coordenadoria tem como objetivo acompanhar sistematicamente as Unidades Escolares (Diretor, Orientador Pedagógico, Professor Orientador, Professores Regentes e alunos).

O Ensino Fundamental da Rede Municipal de Macaé está organizado em 9 (nove) anos de escolaridade, conforme prevêm as metas do Programa do Governo Federal - "Todos pela Educação".

Pode-se precisar que a Secretaria Municipal Especial de Educação atendeu:

Em 2005 - 74 escolas (13.902 alunos de 1º a 4ª série ano e 7.793 alunos de 5ª a 8ª série);

Em 2006 - 67 escolas (14.102 alunos de 1º ao 5º ano de escolaridade e 7.611 alunos de 6º ao 9º ano de escolaridade);

Em 2007 – 65 escolas (14.476 alunos de 1º ao 5º ano de escolaridade e 8.165 alunos de 6º ao 9º ano de escolaridade).

Embora tenha ocorrido uma diminuição do número de escolas, o número de alunos aumentou, pois os espaços alternativos que eram inadequados para garantia de uma aprendizagem de boa qualidade, foram desativados, Unidades Escolares que ofereciam Educação Infantil e Ensino Fundamental passaram a se dedicar apenas à Educação Infantil e outras passaram a atender em horário integral.

Em Macaé, a universalização do Ensino Fundamental vem sendo gradativamente atingida. O fato de ainda haver crianças fora da escola não tem como causa determinante o déficit de vagas; está relacionado a situações de marginalidade social em que se encontram alguns segmentos da população macaense. Para universalizar o Ensino Fundamental é necessário mapear as crianças fora da escola, evidenciar os fatores que as mantêm excluídas do acesso à escolarização obrigatória e desenvolver políticas públicas específicas.

A permanência dos alunos na escola seria um segundo fator a incidir sobre o desafio de oferecer escolarização à população. As taxas de abandono escolar caíram significativamente nas últimas décadas, especialmente graças a políticas suplementares à educação, como a alimentação e o transporte escolar, bem como os programas de renda mínima vinculados à frequência escolar.

Nesse sentido Macaé, efetivamente, mantém os seguintes programas: a) alimentação escolar composta de valores calóricos, protéicos e mesmo vitamínicos adequados às necessidades da alimentação humana; b) transporte escolar para os estudantes do Ensino Fundamental que não encontram vagas num raio de 2 quilômetros de suas residências; c) além do Programa Bolsa Escola do Governo Federal, conta com o Programa Cesta Escola, mantido pela esfera municipal.

A evasão escolar pode ter como causas tanto fatores internos quanto externos ao sistema escolar; desde inadequação das metodologias educacionais a certos segmentos do público a razões sociais, econômicas e culturais. É necessário pesquisar as causas desses persistentes dados de abandono escolar e desenvolver políticas que os tornem irrisórios.

A questão da qualidade em educação de difícil mensuração pode ser analisada, por exemplo, a partir dos índices de retenção do fluxo escolar do aluno e dos níveis de desempenho em avaliações sistêmicas.

Em Macaé, segundo índices de 2006 e 2007, as taxas de reprovação são ainda bastante preocupantes em ambas as redes públicas, que atendem à esmagadora maioria das matrículas de Ensino Fundamental. Com base nestes resultados a Secretaria Municipal Especial de Educação de Macaé, estabeleceu um Plano de Metas e Ações para direcionar o trabalho pedagógico das Unidades Escolares, de forma a garantir o cumprimento da legislação e a fim de traçar uma filosofia pedagógica comum a todos.

OBJETIVOS E METAS	AÇÃO OU ATIVIDADE
<p>1. Universalizar o atendimento de toda a clientela do Ensino Fundamental, no prazo de cinco anos a partir da data de aprovação deste plano, garantindo o acesso e a permanência com sucesso de todas as crianças na escola, estabelecendo para as localidades em que se demonstrar necessário, programas específicos, com a colaboração da União, dos Estados e dos Municípios.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecer a parceria com o Conselho Tutelar e Ministério Público, para ações conjuntas que dêem um resultado mais eficaz;</li> <li>- Ampliar e criar novas escolas na rede municipal de ensino atendendo a demanda existente;</li> <li>- Dar continuidade às políticas educacionais instituídas e buscar novas alternativas para garantir o acesso e a permanência dos alunos na escola;</li> <li>- Ampliar o núcleo de apoio de atendimento ao aluno ou firmar parcerias com profissionais habilitados em psicologia, fonoaudiologia, neurologia, psicopedagogia entre outros.</li> </ul>

OBJETIVOS E METAS	AÇÃO OU ATIVIDADE
<p>2. Implementar Ensino Fundamental obrigatório, com duração de 9 anos com início aos seis anos de idade, conforme legislação em vigor.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Matricular todos os educandos a partir dos 6 anos de idade, no Ensino Fundamental, conforme a legislação vigente;</li> <li>- Reestruturar a proposta curricular do 1º ano de escolaridade, priorizando o lúdico como um direito essencial nessa idade e o contato com a leitura e a escrita, proporcionando aos professores capacitação profissional para esse atendimento.</li> </ul>
<p>3. Regularizar o fluxo escolar reduzindo em 50%, durante a vigência desse plano, as taxas de repetência e evasão, por meio de recuperação paralela e estudos complementares ao longo do curso, garantindo efetiva aprendizagem.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabelecer políticas alternativas de oferta para garantir o acesso e a permanência do aluno na escola, adequando metodologia, currículo, conteúdos e promovendo o sucesso escolar do aluno com qualidade e competência;</li> <li>- Ampliar ou criar Laboratórios de Aprendizagem, nas escolas que dele necessitam, para acompanhamento ao aluno defasado e com dificuldade de aprendizagem;</li> <li>- Implementar o sistema de acompanhamento ao aluno defasado e com dificuldade de aprendizagem.</li> </ul>

OBJETIVOS E METAS	AÇÃO OU ATIVIDADE
<p>4. Garantir o atendimento dos padrões mínimos de infra-estrutura para o Ensino Fundamental, compatíveis com o tamanho dos estabelecimentos e com as realidades, incluindo:</p> <p>a) espaço, iluminação, insolação, ventilação, água potável, rede elétrica, segurança e temperatura ambiente;</p> <p>b) instalações sanitárias e para higiene;</p> <p>c) espaços para esporte, recreação, biblioteca e serviço de merenda escolar;</p> <p>d) adaptação dos prédios escolares para o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais;</p> <p>e) atualização e ampliação do acervo das bibliotecas;</p> <p>f) mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos;</p> <p>g) telefone e serviço de reprodução de textos;</p> <p>h) informática e equipamento multimídia para o ensino.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qualificar e ampliar o acervo das bibliotecas;</li> <li>- Ampliar a aquisição de materiais pedagógicos de qualidade;</li> <li>- Continuar a ampliação das escolas e a sua adaptação conforme as exigências legais quando necessário;</li> <li>- Adaptar as escolas de acordo com as exigências para atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais;</li> <li>- Construir refeitórios em escolas que ainda não os possuem e readaptar o tamanho das cozinhas de acordo com as necessidades de cada instituição;</li> <li>- Encaminhar para apreciação e analisar preliminarmente, antes da homologação, as plantas das construções, reformas ou ampliações dos espaços escolares ao Conselho Escolar e técnicos afins;</li> <li>- Dispor de um técnico permanente para o auxílio de reformas e manutenção das escolas;</li> <li>- Estabelecer critérios de qualidade na compra de equipamentos e materiais para as escolas;</li> <li>- Definir uma área mínima na compra de terrenos para a construção de novas escolas que permitam ampliações.</li> </ul>

OBJETIVOS E METAS	AÇÃO OU ATIVIDADE
<p>5. A partir do segundo ano da vigência deste plano, somente autorizar a construção e funcionamento de escolas que atendam aos requisitos de infra-estrutura definidos.</p>	<p>- Autorizar a construção e funcionamento das escolas que atendam os requisitos de infra-estrutura definidos pelo Plano Nacional de Educação e Plano Municipal de Educação, bem como, pelos órgãos competentes.</p>
<p>6. Assegurar que, em cinco anos, todas as escolas atendam aos itens de "a" a "d" e, em dez anos, a totalidade dos itens da meta nº 4 do Plano Municipal de Educação.</p>	<p>- Contemplar no Plano de Ações da Secretaria Municipal de Educação o atendimento dessa meta, observando o cronograma de atendimento das necessidades e prioridades;</p> <p>- Fiscalizar e acompanhar através do Conselho Escolar e Associação de Pais Mestres a implementação dessa meta.</p>
<p>7. Estabelecer, com o apoio da União e da comunidade escolar, programas para equipar todas as escolas, gradualmente, com os equipamentos discriminados nos itens de "e" a "h":</p>	<p>- Mobilizar a comunidade para que acompanhe a aplicação dos recursos destinados ao Ensino Fundamental em todos os sistemas de ensino.</p>
<p>8. Assegurar que, todas as escolas, reformulem periodicamente seus projetos pedagógicos, com observância das Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental, dos Parâmetros Curriculares Nacionais e normas vigentes da Secretaria Municipal Especial de Educação.</p>	<p>- Garantir a qualidade de ensino, no Município, acompanhando e avaliando a implementação e o desenvolvimento da proposta pedagógica das unidades municipais de ensino, pela equipe de Apoio Técnico-Pedagógico da SEMED.</p>
<p>9. Promover a participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando, gradativamente, a instituição de conselhos escolares.</p>	<p>- Mobilizar as comunidades escolares para a criação dos Conselhos Escolares ou órgãos equivalentes, nas escolas que ainda não os têm e assegurar seu funcionamento;</p> <p>- Adequar a legislação existente para que todas as escolas possam criar seu Conselho Escolar.</p>

OBJETIVOS E METAS	AÇÃO OU ATIVIDADE
<p><b>10.</b> Integrar recursos do Poder Público destinados à política social, em ações conjuntas da União, dos Estados e Municípios, para garantir entre outras metas, a renda mínima associada a ações sócio-educativas para as famílias com carência econômica comprovada.</p>	<p>- Formar parceria com Assistência Social e Conselho Tutelar para localizar e acompanhar as famílias de baixa renda, e contemplá-las com ações sócio-educativas estabelecidas.</p>
<p><b>11.</b> Participar da avaliação do livro didático criado pelo Ministério de Educação, estabelecendo, entre seus critérios, a adequada abordagem das questões de gênero e etnia e a eliminação de textos discriminatórios ou que reproduzam estereótipos acerca do papel da mulher, do negro e do índio.</p>	<p>- Organizar reuniões de estudo, entre os professores das três redes de ensino, para garantir a escolha adequada do livro-didático observando a realidade e a coerência com a Proposta Pedagógica da escola.</p>
<p><b>12.</b> Ampliar o acervo de literatura, textos científicos, obras básicas de referência e livros didático-pedagógicos de apoio ao professor das escolas do Ensino Fundamental.</p>	<p>- Realizar um levantamento junto às instituições escolares do material necessário e disponibilizar, gradativamente, esse material, a fim de cumprir essa meta.</p>
<p><b>13.</b> Continuar mantendo programa de transporte escolar, quando necessário, com colaboração financeira da União, Estado e Município, de forma a garantir a escolarização dos alunos.</p>	<p>- Garantir o transporte escolar para todos os alunos conforme lei municipal.</p> <p>- Dispor de transporte escolar para os alunos que não obtiveram vaga na escola de seu bairro.</p>

OBJETIVOS E METAS	AÇÃO OU ATIVIDADE
<p><b>14.</b> Garantir, com a colaboração da União, Estado e Município, o provimento da alimentação escolar e o equilíbrio necessário, garantindo os níveis calórico-protéicos por faixa etária.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reivindicar a ampliação de recursos junto a União para a melhoria da merenda escolar;</li> <li>- Atender os objetivos e metas do programa de alimentação escolar e aplicação dos recursos;</li> <li>- Avaliar periodicamente o estado nutricional do aluno, para diagnosticar problemas nutricionais para futuras intervenções.</li> <li>- Incluir Educação Nutricional, como aspecto da vida cidadã, em todas as séries, garantindo, desse modo, a sua continuidade, a fim de construir e estabelecer padrões alimentares adequados.</li> </ul>
<p><b>15.</b> Acompanhar sistematicamente, o currículo dos cursos noturnos, de forma a adequá-los às características da clientela e promover a eliminação gradual da necessidade de sua oferta.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proporcionar a correção do fluxo criando programas de aceleração de estudos, classes de progressão, previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.</li> </ul>
<p><b>16.</b> Promover, a cada dois anos, o mapeamento, por meio de censo educacional, das crianças fora da escola, por bairro ou distrito de residência e/ou locais de trabalho dos pais, visando localizar a demanda e universalizar a oferta de ensino obrigatório.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabelecer parcerias com Assistência Social, Conselho Tutelar, Órgãos Públicos, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Cartórios de Registros Cíveis, a fim de identificar e localizar a demanda escolar.</li> </ul>

OBJETIVOS E METAS	AÇÃO OU ATIVIDADE
<p><b>17.</b> Desenvolver, em todas as unidades municipais de ensino, os aspectos da vida cidadã, estabelecidos nas diretrizes curriculares nacionais e os temas de relevância social, tais como: Educação Ambiental, Educação para o Trânsito, Educação para o trabalho, estudo da Cultura Afro-brasileira, Indígena, local e as questões de gênero.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Incentivar as escolas a integrar os aspectos da vida cidadã e de relevância social na Proposta Pedagógica, através de um planejamento interdisciplinar do currículo.</li> <li>- Propiciar aos professores a formação para integrar os aspectos da vida cidadã no planejamento escolar.</li> </ul>
<p><b>18.</b> Apoiar e incentivar as organizações estudantis, como espaço de participação e exercício da cidadania.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Incentivar as unidades municipais de ensino, a que insiram em suas propostas pedagógicas organizações estudantis.</li> </ul>

### **3.3- ENSINO MÉDIO**

O Ensino Médio é de responsabilidade do Estado e seu atendimento está condicionado à plena cobertura do nível anterior. A progressiva extensão da obrigatoriedade e da gratuidade do Ensino Médio, indicada como tendência na legislação brasileira, ainda não se verifica. A aprovação do FUNDEB (Fundo Nacional da Educação Básica) poderá tornar mais factível essa tendência.

A partir do estabelecimento do regime de colaboração entre União, Estados e Municípios para a oferta da educação, pela Constituição Federal e legislação educacional posterior, vem ocorrendo em Macaé, como no restante do Brasil, uma efetiva ampliação do acesso ao Ensino Médio, responsabilidade prioritária do Estado. A oferta do Ensino Médio na rede estadual, municipal e privada é feita de acordo com a demanda, respeitando, o máximo possível, o horário em que o aluno escolhe para estudar.

Na medida do possível, os professores adaptam as atividades escolares para aqueles alunos que precisam trabalhar durante o dia ou que trabalham embarcados em firmas que estão envolvidas com o petróleo, havendo adequação do currículo a esse tipo de aluno.

Macaé conta hoje com oferta de Ensino Médio em oito escolas estaduais, cinco escolas municipais e vinte e oito escolas privadas.

Dados exatos sobre a demanda a ser atendida pelo Ensino Médio e as faixas etárias dos alunos matriculados, não se encontram disponíveis, o que indica a necessidade de realização de censo específico, para identificação dessa demanda e estabelecimento de um programa de incentivo àqueles que, tendo terminado o ensino fundamental, por diversos motivos, não tiveram oportunidades de prosseguir os estudos.

## DIAGNÓSTICO

A Emenda Constitucional nº. 14, assim como a LDBEN, atribui aos Estados a responsabilidade pela sua manutenção e desenvolvimento, porém tanto a Educação Profissional quanto o Ensino Médio ganham identidades próprias.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96, aponta como finalidades do Ensino Médio (segundo o Artigo 35 e seus incisos) “a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos”, bem como “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar, com flexibilidade, a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores”. Menciona também “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”, para o que recomenda a garantia da compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

O Ensino Médio, embora inclua entre seus objetivos a preparação geral para o trabalho, não objetiva a qualificação ou habilitação técnica específica. A Educação Profissional não é parte diversificada do Ensino Médio. Ela é complementar à Educação Básica e tem na profissionalização o seu foco específico. É isso que dá sentido tanto à independência quanto à mútua articulação e complementaridade entre o Ensino Médio e a Educação Profissional.

Na habilitação profissional fornecida pelo curso de Ensino Médio na Modalidade Normal, o que se busca, além da formação geral, é a educação profissional entendendo o caráter inseparável que se postula em tal formação para permitir, tanto a preparação para o trabalho quanto a continuidade em estudos posteriores.

A modalidade Curso Normal de Nível Médio enseja a formação profissional daqueles que pretendem uma qualificação profissional em qualquer

tempo, desde que habilitados anteriormente no Ensino Médio Regular ou Educação de Jovens e Adultos de Nível Médio.

Para os alunos que precisam de preparação específica para o vestibular oportuniza-se Pré-vestibular Comunitário. A Secretaria Municipal Especial de Educação disponibiliza espaço, professores e material adequado para que, prioritariamente, o aluno oriundo da escola pública possa rever conceitos, desenvolver habilidades e competências importantes que lhe possibilitem resultados favoráveis no vestibular, propiciando a continuidade dos estudos em nível superior e possibilidade de pleitear vagas nas universidades em igualdade de condições com demais alunos.

O Ensino Médio assume o objetivo de desenvolver a autonomia intelectual e cultural do educando de forma contextualizada em que pesquisar, buscar informações, analisar, selecionar, aprender, criar e formular seja muito mais importante que a memorização.

## **DIRETRIZES**

A universalização do Ensino Médio não depende apenas da ampliação de vagas, mas, sobretudo, de fornecer uma estrutura que garanta a permanência e o sucesso do aluno na escola, requerendo para tanto, espaço físico e materiais adequados, bibliotecas atualizadas, laboratórios equipados adequadamente e professores capacitados para o processo ensino-aprendizagem, de modo a despertar, desenvolver e manter cada vez mais forte no aluno à vontade de aprender, conhecer, viver e ser. Desta forma, pretende-se obter respostas às suas necessidades fundamentais: aquelas que todo ser humano precisa para viver com dignidade.

Estando incluído como etapa final da Educação Básica, define-o como nível que forma o adolescente, jovem e todos os que não tiveram acesso à escola em idade própria, proporcionando-lhe a formação básica e a preparação para o trabalho. Atenderá, além daqueles que aspiram melhores condições de vida e de emprego, os jovens e adultos trabalhadores que precisam estudar.

O Ensino Médio deve ter como finalidade principal preparar o indivíduo para o enfrentamento, com êxito, das suas necessidades diversas, sejam elas de caráter social, cultural, econômico ou cognitivo, de modo a oferecer um conjunto de meios que proporcionem conhecimento e discernimento para realizar escolhas e continuar buscando aprimoramento como pessoa e como profissional.

A finalidade do Ensino Médio, do Ensino Médio na modalidade Normal e do Pré-vestibular Comunitário é o de preparar o jovem para participar de uma sociedade complexa, que requer aprendizagem autônoma e contínua ao longo da vida.

Torna-se necessário o acompanhamento contínuo do Ensino Médio para que se possa ter dados que permitam a avaliação clara dos entraves e progressos das metas e objetivos a serem atingidos, que estão propostos no Plano Nacional de Educação, para que constantemente se façam ajustes necessários em função da nossa sociedade, que exige um constante aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser.

## OBJETIVOS E METAS

As metas e objetivos aqui propostos, buscam no âmbito municipal, refletir com os gestores a melhor forma de garantir a qualidade dessa formação.

OBJETIVOS E METAS	AÇÃO OU ATIVIDADE
<p><b>1-</b> Promover a capacitação continuada dos professores via SEMED efetivando a participação a todos os docentes do Ensino Médio, com vistas à melhoria do processo ensino-aprendizagem.</p>	<p>- Incentivar a participação dos professores que atuam no Ensino Médio aos cursos de formação continuada oferecidos pela SEMED, a fim de buscarem aperfeiçoamento didático-pedagógico e troca de experiências.</p>
<p><b>2-</b> Favorecer momentos de exposição, desenvolvimento e valorização de talentos de alunos e professores, estabelecendo parceria entre Município, estado e rede privada.</p>	<p>- Incentivar a troca de experiências junto às escolas que ofertam o Ensino Médio, para que estas elaborem, implementem e executem suas propostas pedagógicas, conforme autonomia proposta pela LDB, buscando a construção de sua própria identidade.</p>
<p><b>3-</b> Assegurar, junto aos órgãos competentes que, a partir da vigência deste Plano, somente seja permitida a criação de Ensino Médio em escolas que apresentem as condições mínimas de infra-estrutura, conforme legislação vigente, cuja localização deverá ser previamente discutida com a comunidade escolar e respectivo sistema de ensino, no sentido de atender à demanda existente.</p>	<p>- Articular junto aos órgãos competentes que sejam realizadas projeções indicando as necessidades de ampliação de vagas para atender aos novos alunos do Ensino Médio pelo Estado.</p>

OBJETIVOS E METAS	AÇÃO OU ATIVIDADE
<p><b>4-</b> Oferecer ao Estado os resultados dos alunos aprovados no 9º ano na rede municipal para que sejam atendidos no Ensino Médio.</p>	<p>- Manter as escolas do Ensino Médio municipais na zona rural e deixar a ampliação das vagas de acordo com a demanda a cargo do Estado.</p>
<p><b>5-</b> Incentivar a inclusão e a permanência dos educandos com necessidades especiais em classes comuns, cabendo a cada mantenedora garantir condições para que a escola possa receber esse estudante e oferecer-lhe um ensino de qualidade.</p>	<p>- Adaptar o espaço físico e oferecer cursos de formação aos professores que tenham como tema a Inclusão.</p>
<p><b>6-</b> Oferecer parcerias com órgãos públicos e da iniciativa privada para o oferecimento de cursos técnicos necessários à demanda do mercado de trabalho.</p>	<p>- Estabelecer parceria com instituições de educação profissional públicas e privada, legalmente reconhecidas, para que os alunos do Ensino Médio tenham acesso aos cursos profissionalizantes por elas oferecidos.</p>

Em Macaé, as escolas públicas estaduais e municipais elaboram suas propostas pedagógicas em consonância com os PCN; estas propostas visam garantir aos alunos a aquisição de conhecimentos básicos, sua preparação científica e a capacidade para usar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação.

Em pesquisa constata-se que os alunos do Ensino Médio têm interesse em ingressar na Educação Superior. Os cursos mais procurados são: Administração, Informática, Ciências Biológicas, Pedagogia e Petróleo e Gás.

A busca por determinados cursos ocorre em virtude das experiências profissionais que os alunos já possuem. Estes dados mostram a importância da

revisão do Ensino Médio, principalmente da rede pública, retomando os cursos profissionalizantes.

### **3.4- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

A Secretaria Municipal Especial de Educação de Macaé, em relação ao atendimento à Educação de Jovens e Adultos – EJA – de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9394/96), opta pela oferta desta modalidade de ensino, através do Projeto Educação e Cidadania para Jovens e Adultos.

A opção pelo projeto Educação e Cidadania para Jovens e Adultos (EJA) justifica-se como tal, pelo fato de ser atendimento dispensado a uma clientela especial, ou seja, àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e no Ensino Médio na idade própria, cujas necessidades de sobrevivência causam, cotidianamente, o abandono em massa das salas de aula e um retorno constante às mesmas, fazendo oscilar os dados quantitativos e estatísticos.

O sistema de ensino de Macaé, através de sua Rede Municipal, oferece, gratuitamente, aos jovens e adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante Cursos de EJA, no nível do Ensino Fundamental e Médio.

Mediante ações integradas e complementares entre si, o Poder Público Municipal estrutura o currículo da EJA em ciclos anuais, para o Ensino Fundamental, e em fases semestrais, para o Ensino Médio, de acordo com a seguinte organização:

- a)** Ciclos I, II e III, com uma carga horária de 2160 horas/aulas, distribuídas ao longo de três anos de escolaridade, correspondendo estes ciclos ao primeiro segmento do Ensino Fundamental.

**b)** Ciclos IV e V, com uma carga horária de 1800h/a, distribuídas ao longo de dois anos de escolaridade, correspondendo ao segundo segmento do Ensino Fundamental.

**c)** Fases I, II e III, com uma carga horária de 1500 h/a, distribuídas ao longo de um ano e meio de escolaridade, correspondendo ao Ensino Médio.

O currículo a ser oferecido no Curso de Educação de Jovens e Adultos compreende as disciplinas previstas para a Base Comum Nacional, conforme o disposto nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, assim como os conhecimentos e as habilidades adquiridos no trabalho e por meios informais, habilitando o prosseguimento de estudos em caráter regular.

A idade para ingresso na EJA corresponde à estabelecida em lei, 15 anos completos para o Ensino Fundamental e 18 anos completos para o Ensino Médio.

A matrícula é feita pelo processo de classificação mediante a análise de documentação de escolaridade anterior, ou independente desta, por avaliação de conhecimentos e habilidades obtidos em processos formativos extra-escolares, do grau de maturidade, desenvolvimento e experiência.

A verificação do rendimento escolar obedece aos mesmos critérios adotados pela Rede Municipal de Macaé, observando-se, no entanto, as características do alunado, seus interesses e condições de vida e de trabalho, sendo utilizados os mais variados instrumentos de avaliação, de acordo com as orientações estabelecidas pela equipe técnico-pedagógica da Secretaria e das parcerias desta com o corpo docente e a equipe técnico-pedagógica das Unidades Escolares.

Visando ao processo ensino-aprendizagem e por considerar a educação um processo em construção, a equipe técnico-pedagógica da Secretaria, responsável pela EJA realiza, nas escolas, reuniões com os docentes,

oferecendo-lhes formação pedagógica por modalidades e/ou disciplinas e participa dos Conselhos de Classe das Unidades Escolares.

A EJA se constitui em um projeto que é cursado de forma presencial, previsto para uma quantidade mínima de 36 semanas letivas, podendo atender turmas tanto diurnas quanto noturnas.

Para um atendimento de qualidade, as turmas podem ser iniciadas a partir de um quantitativo mínimo fixado em vinte e um alunos, até um quantitativo máximo estabelecido em trinta alunos para os ciclos I, II e III e quarenta para os ciclos IV e V e fases.

As classes de EJA, de acordo com a necessidade, adotam diferentes metodologias de trabalho, diferenciadas e específicas, que visam à aceleração de estudos, possibilitando o cumprimento do currículo, e com carga horária específica ao atendimento oferecido.

## **DIAGNÓSTICO**

A Secretaria Municipal Especial de Educação de Macaé promove o Projeto de Educação e Cidadania para Jovens e Adultos em 32 das 119 Unidades Escolares do Município, atendendo a um total de 4 544 alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino.

As turmas da Educação de Jovens e Adultos revelam alunos com faixa etária de até 80 anos, com grandes experiências de vida, que mostram em seus olhares e atitudes o prazer de freqüentar a escola e nunca ser tarde para conquistar sonhos e desejos.

As Unidades Escolares Municipais que atendem ao Projeto de Educação e Cidadania para Jovens e Adultos, apresentam em sua maioria padrão de infra-estrutura adequado para o funcionamento de tal modalidade, bem como a oferta de merenda escolar e material didático específico para a EJA. No entanto, necessita-se ainda da ampliação de recursos materiais para um atendimento de maior qualidade, como por exemplo, recursos de multimídia e mobiliário para alunos com deficiências.

## **DIRETRIZES**

Considerando-se que a responsabilidade pela oferta de Educação de Jovens e Adultos 1º e 2º segmentos do Ensino Fundamental, é de responsabilidade do Município, nas escolas da Rede Pública Municipal que ofertam esta modalidade de ensino, o critério para a abertura de turmas é de acordo com os resultados obtidos em levantamento de dados e necessidades reais da comunidade local.

O Ensino Médio na EJA é ofertado por algumas escolas estaduais e instituições privadas, o que não atende à demanda deste Município. Sendo assim, visto que Macaé recebe diariamente pessoas de vários Estados e Municípios vizinhos, em busca de melhores condições de vida e trabalho, a Secretaria Municipal Especial de Educação observou a necessidade de implantar e garantir a oferta desta modalidade no Município.

Os profissionais de ensino que atuam na EJA são contemplados com horários de atividades extras e participam de grupos de estudos, onde são discutidas questões referentes à escolarização desses alunos, suas especificidades e dificuldades, bem como seu contexto social. Nestes encontros, ocorre o planejamento dos conteúdos, troca de experiências pedagógicas e cursos de capacitação oferecidos pela Equipe de Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal Especial de Educação e, eventualmente, por instituições contratadas.

Quanto à proposta pedagógica para a Educação de Jovens e Adultos, o Município de Macaé vem desenvolvendo o trabalho com base na Proposta Curricular para a EJA, elaborada pela Equipe de Orientação e Supervisão Pedagógica para atender o Projeto Educação e Cidadania para Jovens e Adultos.

Compreendendo a necessidade de contínuo desenvolvimento de capacidades e competências para enfrentar atuais transformações sociais desafiadoras aos jovens e adultos que não tiveram oportunidade de estudar em idade própria, as metas que se seguem são fundamentais para a continuidade

do atendimento às reais necessidades apresentadas pelos educandos, aos quais se destina a EJA.

## OBJETIVOS E METAS

OBJETIVOS E METAS	AÇÃO OU ATIVIDADE
<p><b>1-</b> Permitir o acesso à educação dos que foram excluídos do sistema escolar, permitindo sua integração social e sua inserção no mercado de trabalho.</p>	<p>- Instalação de classes de EJA, em todas as escolas municipais e estaduais que apresentarem demanda.</p>
<p><b>2 -</b> Realizar censo educacional para identificar os jovens e adultos não escolarizados, visando a atender suas necessidades educacionais.</p>	<p>- Levantamento periódico de dados da população analfabeta ou apenas com Ensino Fundamental incompleto, existente no Município através das escolas, entidades religiosas, associações de bairros e agentes de saúde com a finalidade de atender a demanda do período diurno e noturno.</p>
<p><b>3-</b> Criar um sistema municipal de oferta de Educação de Jovens e Adultos, conforme normas do respectivo sistema de ensino.</p>	<p>- Garantia da oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA), equivalente aos cinco anos iniciais do Ensino Fundamental, para população do Município com 15 anos ou mais, que não tenha atingido esse nível de escolaridade.</p>
<p><b>4-</b> Garantir a continuidade de estudos aos alunos que freqüentarem as classes de Educação de Jovens e Adultos nas escolas municipais e estaduais.</p>	<p>- Articulação junto ao Sistema Municipal de Ensino, da ampliação da oferta de cursos equivalentes ao Ensino Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, para a população de 18 anos ou mais.</p>

<b>OBJETIVOS E METAS</b>	<b>AÇÃO OU ATIVIDADE</b>
<p><b>5-</b> Assegurar atendimento especializado na Educação de Jovens e Adultos para alunos com necessidades especiais, incluindo o material didático-pedagógico e formação continuada e adequada ao professor, bem como a redução do número de alunos atendidos nas classes onde se contempla a inclusão.</p>	<p>- Atendimento à política de inclusão respeitando todas as formas de diversidades e, particularmente, atenção especializada aos alunos com necessidades especiais.</p>
<p><b>6</b> -Assegurar o fornecimento de material didático-pedagógico aos alunos e professores, de acordo com suas especificidades, bem como materiais de incentivo à leitura, condizentes com a faixa etária desses alunos.</p>	<p>- Distribuição de material didático-pedagógico a alunos e professores (livros, dicionários, etc.) condizentes às especificidades e faixa etária dos alunos da Educação de Jovens e Adultos.</p>
<p><b>7</b> - Construir um currículo específico para a Educação de Jovens e Adultos com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, para atender às necessidades específicas desta modalidade de ensino.</p>	<p>- Reelaboração do currículo da Educação de Jovens e Adultos com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, para atender às necessidades específicas desta modalidade de ensino.</p>
<p><b>8</b> - Garantir, na Rede Pública Municipal, a organização da avaliação para fins de conclusão e certificação do Ensino Fundamental e Médio, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a modalidade Educação de Jovens e Adultos.</p>	<p>- Definição de critérios de avaliação dos alunos da Educação de Jovens e Adultos que objetivem, de acordo com a especificidade deles, a certificação do Ensino Fundamental e Médio, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a modalidade Educação de Jovens e Adultos.</p>

<b>OBJETIVOS E METAS</b>	<b>AÇÃO OU ATIVIDADE</b>
<p><b>9</b> - Assegurar a oferta da Informática Educacional, Educação para o trabalho, Cursos de Atualização e profissionalizantes aos alunos de Educação de Jovens e Adultos da Rede Pública Municipal de Ensino, conforme regulamento próprio.</p>	<p>- Adoção de um Projeto Político-Pedagógico interdisciplinar, que leve em conta as vivências de jovens e adultos e os aspectos históricos, sociais e culturais, por meio de um processo de escolarização que respeite a relação teoria-prática e vise o exercício da cidadania.</p>
<p><b>10</b>- Assegurar a formação continuada dos professores atuantes na Educação de Jovens e Adultos, respeitando as peculiaridades da realidade e assegurando metodologia apropriada.</p>	<p>- Organização da formação continuada pela Coordenadoria da Educação de Jovens e Adultos aos professores que nela atuam.</p>
<p><b>11</b> - Incentivar as Instituições de Educação Superior a contemplarem na matriz curricular dos cursos na área de educação, a formação de profissionais para a Educação de Jovens e Adultos.</p>	<p>- Estabelecimento de parceria com as instituições de Educação Superior a fim de que elas contemplem na matriz curricular de seus cursos na área de educação, a formação de profissionais para a Educação de Jovens e Adultos.</p>
<p><b>12</b> - Estabelecer parceria com as Secretarias de Saúde e Ação Social para atendimento aos alunos da Educação de Jovens e Adultos que apresentam deficiência visual e perda auditiva, buscando convênios para a confecção e fornecimento dos recursos ópticos prescritos e aparelhos auditivos, na sua rede de competência.</p>	<p>- Estabelecimento de parceria com as instituições de educação profissional, públicas e privadas, legalmente reconhecidas, para que os alunos da Educação de Jovens e Adultos tenham acesso aos cursos profissionalizantes por elas oferecidos.</p>

OBJETIVOS E METAS	AÇÃO OU ATIVIDADE
<p><b>13</b> - Estimular o acesso e a permanência dos alunos trabalhadores e de baixa renda com a finalidade de freqüentarem as aulas com condições físicas através da oferta de alimentação antes do início das aulas noturnas.</p>	<p>- Oferecimento da merenda escolar aos alunos da Educação de Jovens e Adultos.</p>
<p><b>14</b> - Assegurar o transporte escolar para os alunos da Educação de Jovens e Adultos.</p>	<p>- Oferecimento de transporte escolar para os alunos da Educação de Jovens e Adultos.</p>
<p><b>15</b> - Divulgar anualmente através dos meios de comunicação os resultados obtidos na Educação de Jovens e Adultos, bem como fazer análise e avaliação das metas propostas neste Plano.</p>	<p>- Divulgação anual nos meios de comunicação os resultados obtidos na Educação de Jovens e Adultos, bem como a realização de análise e avaliação das metas propostas neste Plano.</p>
<p><b>16</b> - Assegurar a promoção de seminários e palestras para os alunos da Educação de Jovens e Adultos, no mínimo, uma vez por ano.</p>	<p>- Realização de seminários e palestras para os alunos da Educação de Jovens e Adultos, no mínimo, uma vez por ano.</p>

### **3.5- EDUCAÇÃO SUPERIOR**

A partir de 1970, notou-se no Brasil um aumento explosivo do número de instituições de Ensino Superior em resposta à demanda por cursos universitários. Essa alteração no panorama vivenciado, até então, pelo nosso país foi decorrente das próprias mudanças sócio-econômicas experimentadas pelo mundo que, a partir do final da década citada e durante os anos oitenta, entrou num processo acelerado de globalização sob a égide do capitalismo. No entanto, o aumento da busca pelas carreiras universitárias não foi acompanhado de perto pela qualidade de tais cursos, dissimulando-se em alguns casos a formação universitária pela simples busca do diploma, o que naturalmente gerou o aumento da concorrência em um impiedoso processo de seleção mercadológica, a partir da grande quantidade de profissionais à disposição do mercado. Nesse sentido, as discussões em torno da Educação Superior no Brasil, especialmente no que tange ao Plano Nacional de Educação, demonstram uma preocupação com a manutenção da qualidade, de maneira que os números ligados ao Ensino Superior sejam promotores de desenvolvimento a partir da qualificação e não apenas representativos de um processo quantitativo sem eco no desenvolvimento do país.

Em Macaé, a demanda por esse nível de ensino é alta e, desde 1992, vêm se instalando no Município diferentes universidades, em sua grande maioria privadas. Esse processo em seu início passou pelo incentivo do Poder Municipal na busca do atendimento das demandas do mercado e, por extensão, da própria população macaense. Um exemplo disso é o convênio celebrado com a Universidade Federal Fluminense que, no início dos anos noventa inaugurou esse modelo de parceria e implementou sua interiorização em Macaé com os cursos de Direito e de Administração de Empresas.

A Educação Superior em Macaé é hoje oferecida autonomamente pelo setor privado e pelo setor público em parceria com o Executivo Municipal, que prima pelo oferecimento de formação de qualidade e que, conseqüentemente, impulse o desenvolvimento regional. Assim, no entendimento democrático de que a educação é um direito de todos e que, portanto, todos de alguma

forma devem fruir dela, o fortalecimento dos pilares ensino, pesquisa e extensão têm sido perseguido de perto pela FUNEMAC - Fundação Educacional de Macaé (órgão público municipal que fomenta o Ensino Superior na cidade), de forma que toda a comunidade, mesmo a parte dela que não se encontra freqüentando o espaço universitário, possa de alguma forma ser beneficiada pela instalação da “universidade pública” na cidade.

Das instituições de ensino superior privadas, estão presentes no Município: a Faculdade de Filosofia de Macaé, a Faculdade Salesiana, e a Universidade Cândido Mendes além de outras instituições que se estabeleceram em variados modelos, inclusive o semipresencial. Dentre os cursos oferecidos por essas instituições estão: Letras, Pedagogia, Educação Física, Fisioterapia, Administração, Enfermagem, Direito, Informática, Comunicação Social, Engenharia Ambiental etc.

Em relação às instituições públicas, coordenadas diretamente pela FUNEMAC, experimentou-se, a partir do segundo semestre de 2007, a implantação de um modelo novo e integrado de universidade pública. Trata-se da Cidade Universitária, que ao ser construída pela prefeitura de Macaé e tornar-se um espaço universitário múltiplo, já reúne a faculdade municipal própria, FeMASS – Faculdade Municipal Professor Miguel Ângelo da Silva Santos, tornada completamente gratuita a partir do primeiro semestre de 2008, e oferece os cursos de: Ciência da Informação, Administração e Engenharia de Produção; congrega ainda os cursos advindos do convênio com a UFF – Universidade Federal Fluminense: Direito, Administração e Ciências Contábeis; e os cursos do convênio com a UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro que dividem o espaço do Complexo Universitário: Licenciatura em Biologia (que já funcionava no NUPEM e está sendo transferido), Licenciatura em Química e o curso de Farmácia. Além dos cursos de Nutrição, Enfermagem e Medicina, que já se encontram com os respectivos processos de inscrições para seleção abertos. Cursos estes que passarão a funcionar no *campus* Macaé a partir do segundo semestre de 2008, consolidando assim a interiorização da UFRJ no Município.

Destaca-se ainda na cidade a ampliação dos cursos de pós-graduação que, atualmente, são particulares e direcionam-se às áreas de logística

empresarial, pedagogia empresarial, petróleo e gás, comunicação empresarial. De certa forma, refletem as prioridades do mercado regional, extremamente voltado para o petróleo. Com exceção a esse quadro, destacam-se dois cursos oferecidos pela Fundação Educacional de Macaé: a especialização em Estudos Culturais e Históricos da Diáspora e Civilização Africana, em atendimento à Lei Federal nº.10.639/2003, de 09 de janeiro de 2003, que tornou obrigatório o ensino da História e da Cultura Africana e Afro-brasileiras nas escolas, e multiplica essa discussão no Município; e o curso também de especialização em Teorias e Práticas Transdisciplinares e Violência: Direito, Educação e Saúde, esse oferecido gratuitamente a profissionais de setores estratégicos do efetivo municipal.

Dentro desse quadro de expansão do Ensino Superior, especialmente no que tange às intervenções feitas pelo Município de Macaé no processo, há algumas controvérsias geradoras de acirrados debates entre os educadores da cidade. Isso porque, de acordo com o Plano Nacional de Educação, à União cabe o papel da educação superior pública e a expansão dessa modalidade de ensino nas redes estaduais e municipais estaria ocorrendo em prejuízo dos níveis de ensino prioritários para essas duas esferas – a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio.

A opção do Município de Macaé tem sido o de enfrentamento dos desafios nos três níveis supra citados. Cabendo, no que diz respeito ao nível de Educação Superior, muito mais o papel de um parceiro do que propriamente um fomentador. Embora essa posição – a de se caminhar para a universidade municipal – seja quase um posicionamento ímpar, é imperioso levar em consideração que a condição econômica gerada pela extração de petróleo no Município o coloca, involuntariamente, numa condição especial em relação a muitos outros Municípios de seu porte. Isto justifica, pela própria condição de desigualdade gerada pelo desenvolvimento não planejado, o reposicionamento em relação à educação que configure o Município como corretor de desigualdades e distribuidor de rendas.

Nesse sentido, a Educação Superior gerada em parceria com o Município de Macaé tem uma função ampla, que integrada aos demais níveis de ensino das redes particular, estadual e municipal, deve gerar o

desenvolvimento que atenda às necessidades atuais do mercado, promovendo a democracia e a justiça social.

### **3.6- EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E NOVAS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS**

De acordo com o Plano Nacional de Educação, a proposta de Ensino à Distância e a utilização de novas tecnologias educacionais têm como objetivo universalizar e democratizar a educação no Brasil. Compreende-se que a tecnologia pode funcionar como um poderoso aliado na correção das desigualdades regionais que já fazem parte da história do país. Assim, a partir da utilização de meios novos e adequados às necessidades dos processos educativos, é possível a formação de pólos irradiadores de informações e condições propícias ao desenvolvimento de outros menos desenvolvidos, funcionando como um processo integrado que pode e deve se desenvolver desde a esfera da União, passando pela esfera estadual, até a esfera municipal. Além disso, há possibilidade de desenvolvimentos de outras potencialidades dentro de escalas menores como no seio do próprio Município.

Importa ressaltar que a utilização de novas tecnologias em prol da Educação à Distância deve se implantar à medida em que outras modalidades de educação no Município estejam funcionando plenamente, isso porque a sua utilização significa um “*plus*” no processo educativo e não um alicerce para algo que, porventura, não esteja funcionando bem.

Outro fato que deve ser levado em consideração ao cogitar da utilização de novas tecnologias em prol da educação é a formação de profissionais da área educacional que possam utilizar de forma consciente essas novas tecnologias. Historicamente o que tem sido feito no país é encher uma sala com computadores (quando há condições para isso) e utilizá-los de forma imatura e aquém do que seria um projeto sério de educação aliada às novas tecnologias e mesmo à própria educação à distância.

Para que a tecnologia funcione de forma revolucionária como é esperado, é imprescindível um projeto sério e integrado, que alie educação e conhecimento técnico, bem como uma interatividade séria entre os variados órgãos de governo e os beneficiários da proposta. Sem um projeto maduro e livre de intenções meramente políticas, as novas tecnologias não passarão de

mais um elemento de exclusão e, conseqüentemente, de manutenção das calcificadas desigualdades do país.

Atualmente 37 escolas municipais possuem laboratório de informática, com a seguinte especificação: 25 escolas possuem laboratório de informática com equipamentos do Sistema Positivo, 9 escolas possuem laboratório de informática Proinfo e 3 doados por Instituições Privadas. Os projetos de informática educativa nas escolas são assistidos de acordo com as especificidades dos laboratórios, possuindo a seguinte caracterização: do Sistema Positivo recebem treinamento específico, inicialmente pela Positivo e atualmente com acompanhamento sistemático pela SEMED para o desenvolvimento de projetos com o uso dos softwares; do Proinfo são equipamentos recebidos pelo Programa Nacional de Informática na Educação, um programa educacional criado pela Portaria nº. 522/MEC, de 9 de abril de 1997, para promover o uso pedagógico da informática na Rede Pública de Ensino Fundamental e Médio. A internet já está acessível em algumas escolas municipais. Para um período de dez anos torna-se necessário o atendimento a totalidade das escolas municipais com salas de informática com:

OBJETIVOS E METAS	AÇÃO OU ATIVIDADE
<p>1- Favorecer o acesso, utilização e a expansão das atividades tecnológicas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Viabilizar um número de 10 a 15 equipamentos para acessibilidade dos alunos de uma turma que em média na rede é de 30 alunos.</li>   <li>- Disponibilização de Internet, rede e conexão atual de alta velocidade atendendo às escolas de acordo com as possibilidades técnicas, visto que há algumas situadas em regiões que hoje o acesso ainda se encontra com pouca viabilidade técnica;</li> </ul>

OBJETIVOS E METAS	AÇÃO OU ATIVIDADE
<p>2- Prover, durante a vigência deste Plano, às instituições de ensino da rede municipal, equipamentos tecnológicos, contemplando-os no Projeto Político-Pedagógico de cada instituição.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aquisição de DVD, TV, gravadora de DVD, Kit multimídia completo, Scanner, webcam e câmera digital.</li> <li>- Presença de no mínimo 3 computadores em todas as bibliotecas escolares, com uma impressora, acesso à internet e software para gerenciamento das bibliotecas em funcionamento.</li> </ul>

1. Na SEMED:

OBJETIVOS E METAS	AÇÃO OU ATIVIDADE
<p>1- Favorecer o acesso, utilização e a expansão das atividades tecnológicas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Constituir equipes de pesquisa e desenvolvimento de software livre para gerenciamento de dados e software educativos para uso por educadores e alunos.</li> <li>- Disponibilizar ferramentas EAD (On-Line) para desenvolvimento de projetos de aprendizagem com alunos, educadores e outros profissionais da educação nos diferentes níveis de formação.</li> </ul>

OBJETIVOS E METAS	AÇÃO OU ATIVIDADE
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibilizar ferramentas de desenvolvimento de portal para publicação e comunicação que favoreça a comunicação e o relacionamento entre as escolas;</li>   <li>- Verba de manutenção para materiais de consumo como CD's, toner, cartuchos de tintas etc.</li>   <li>- Videoteca Digital.</li> </ul>

1. Formação Continuada de Educadores:

OBJETIVOS E METAS	AÇÃO OU ATIVIDADE
<p>1- Favorecer o acesso, utilização e a expansão das atividades tecnológicas.</p> <p>2- Oferecer, durante a vigência deste Plano, gradativamente, através de parcerias com as instituições educacionais, cursos para o desenvolvimento tecnológico dos profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino.</p> <p>3- Assegurar, ao longo da vigência deste Plano, formação continuada aos multiplicadores e monitores para</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibilizar em 2 anos formação continuada para educadores das escolas usando ferramentas de Ensino à Distância - EAD.</li>   <li>- Capacitar em cursos presenciais em até dois anos educadores para o uso da Tecnologia Educacional para cada unidade escolar do Município.</li>   <li>- Oferecer capacitação em 5 anos a todos os profissionais para uso dos programas como TV Escola e outras redes de programação educacional.</li> </ul>

OBJETIVOS E METAS	AÇÃO OU ATIVIDADE
<p>atuação nas escolas públicas municipais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibilizar salas de informática para acesso aos educadores e formação continuada, contendo 12 a 15 computadores, 2 impressoras, scanner, 2 câmeras digitais; 1 web cam, kit's multimídia completos, data show, sala em 3D e gravador de DVD.</li>   <li>- Promover parcerias com instituições públicas e privadas de formação presencial e à distância para profissionais da educação.</li>   <li>- Oferecer capacitação a todos os educadores da SEMED e equipes das regionais pedagógicas no uso de tecnologias para o desenvolvimento de projetos de aprendizagem.</li>   <li>- Capacitar em três anos os multiplicadores (professores com formação em Tecnologia Educacional) e monitores (alunos e/ou estagiários com formação básica em informática) das escolas públicas municipais para o atendimento às escolas.</li>   <li>- Proporcionar condições para que as salas de informática sejam utilizadas pelos educadores como uma ferramenta pedagógica.</li> </ul>

### **3.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL**

A Secretaria Especial Municipal de Educação, em consonância com um mundo que aspira por novos modelos de relacionamentos baseados numa prática democrática e inclusiva, tem como objetivo trazer à tona, no espaço escolar e nos movimentos pedagógicos e sociais já existentes, discussões que possam provocar o descortinar dos valores conservadores de uma sociedade presa a antigos vícios e a procedimentos excludentes. Assim, possibilitar o surgimento de novas consciências e, conseqüentemente de paradigmas que venham a garantir uma nova ordem de convívio humano.

Tendo em vista a diversidade como se apresenta na realidade brasileira e, refletida nitidamente no contexto sócio-cultural-econômico na cidade de Macaé, a Secretaria Municipal Especial de Educação, considera que o reconhecimento e a legitimidade do potencial cognitivo, humano e social dos que ingressam na vida escolar será o caminho para a garantia da permanência de todos, independente de condições econômicas, étnicas, religiosas, de gênero ou capacidade individual, tanto na vida acadêmica quanto nos direitos à cidadania.

A estrutura administrativa desta Secretaria orienta sua ação, quanto à entrada das crianças na rede de ensino, de acordo com a Constituição Federal e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ou seja, o procedimento da matrícula é amplo e irrestrito considerando a Educação “direito de todos independente de classe econômica, social, cultural, condição pessoal, credo ou religião”.

Entretanto, compreende-se que não basta a efetivação de matrícula, pois as representações e simbolismos produzidos socialmente aparecem nos espaços escolares reforçando ou reproduzindo atitudes excludentes nos relacionamentos. Por essa razão, as metas a serem atingidas se referem a uma mudança curricular que se configurará numa nova postura profissional do magistério, na legitimidade das diversidades e no reconhecimento das diferenças como fator integrador.

Além dos permanentes momentos de reflexão, são reconhecidas como agentes de inclusão, as atitudes pragmáticas visando à acessibilidade e a utilização de recursos pedagógicos alinhados aos fornecidos pela tecnologia. Estes são complementares dentre as variáveis dos meios de expressão e participação das pessoas com necessidades especiais. Daí, a necessidade de revisão nos planejamentos orçamentários, visando: projetos de atendimento irrestrito às necessidades médicas e terapêuticas; assistência social às famílias e às pessoas com deficiência; projetos arquitetônicos para a acessibilidade; aquisição de material para bibliotecas, nas Unidades Escolares; aquisições tecnológicas de ponta para a comunicação digital e outras; projetos esportivos, ecológicos e culturais; projetos de vivência nas diferentes expressões plásticas; projetos que permitam o acesso a transportes públicos adaptados, além dos projetos pré-profissionalizantes com fins de inserção ao mercado de trabalho.

O Município de Macaé, à medida que vem traçando sua história na inclusão social, seguindo o rumo de uma nova ordem mundial na esfera dos relacionamentos, passa a considerar imperativo o compromisso de liderar e aglutinar todos os envolvidos nesse trabalho para discutir o desenvolvimento de programas que atendam às necessidades, hoje, mais prementes, das pessoas com algum tipo de deficiência a partir da adolescência, para que na idade adulta realizem atividades profissionais e outras de acordo com a sua geração e não infantilizados em outros espaços. O Plano Municipal de Educação elaborado e desenvolvido em princípios éticos democráticos toma para si tal responsabilidade. Os objetivos/metastas e ações traçados para a Educação Especial do Município de Macaé, na esfera ampla que um Plano Municipal de Educação requer, só será efetivamente viável se o atendimento às especificidades de cada grupo de alunos com necessidades educacionais especiais estiver em consonância com ações para atendimento à demanda, contemplando as necessidades de ordem mental, visual, auditiva, física, múltiplas deficiências e altas habilidades, conforme os quadros abaixo discriminados:

## DEFICIÊNCIA VISUAL

Recursos Materiais Pedagógicos	Espaço Físico e Acessibilidade	Professor(a): Condições Pedagógicas, Humanos e Sociais	Metodologia	Avaliação	Questão Quantitativa e Qualitativa
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Reglete;</li> <li>✓ Punção;</li> <li>✓ Soroban;</li> <li>✓ Kit para desenho;</li> <li>✓ Lupa;</li> <li>✓ Caderno para escrita ampliada;</li> <li>✓ Material esportivo e lúdico apropriado;</li> <li>✓ Material lúdico específico de exploração tátil e auditivo;</li> <li>✓ Computador com programas variados e específicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Piso guia;</li> <li>✓ Piso alerta;</li> <li>✓ Corrimão;</li> <li>informações (Braille);</li> <li>✓ Sinalizações (Braille);</li> <li>✓ Placas comunicativas em Braille.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Buscas permanentes na direção da visibilidade do aluno na escola:               <ul style="list-style-type: none"> <li>• leitura;</li> <li>• discussão;</li> <li>• eventos sociais, culturais e pedagógicos;</li> <li>• cursos de formação continuada;</li> <li>• capacidade em reconhecer presenças sensoriais, cognitivas, afetivas e sociais no aluno;</li> <li>• desenvolvimento do senso ético.</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Experiências metodológicas variadas e flexíveis baseadas em:               <ul style="list-style-type: none"> <li>• comunicação verbal professor/aluno/turma;</li> <li>• interlocução;</li> <li>• organização do espaço escolar;</li> <li>• grupos operativos;</li> <li>• participação em todas as expressões científicas, lúdicas, literárias, esportivas, artísticas.</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Avaliação com fins diagnósticos;</li> <li>✓ Investigação do processo de aprendizagem;</li> <li>✓ Avaliação bilateral professor/aluno;</li> <li>✓ Avaliação reflexiva;</li> <li>✓ Infoque nas presenças sensoriais e cognitivas;</li> <li>✓ Relação permanente entre as condições cognitivas e sensoriais e suas implicações;</li> <li>✓ Reconhecer possíveis ausências da construção de alguns conceitos como condição própria e, não como incompetência na aprendizagem;</li> <li>✓ Análise da lógica construída pelo aluno.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Análise crítica dos conteúdos:               <ul style="list-style-type: none"> <li>• sua essência, finalidade, para quê?, para quem?, por quê?;</li> <li>• conteúdo como meio e não como um fim em si;</li> <li>• reconhecer os conteúdos nas especialidades sociais, afetivas e cognitivas para o aluno com necessidades especiais;</li> <li>• análise da construção conceitual.</li> </ul> </li> </ul>

## DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Recursos Materiais Pedagógicos	Espaço Físico e Acessibilidade	Professor(a): Condições Pedagógicas, Humanos e Sociais	Metodologia	Avaliação	Conteúdos: Questão Quantitativa e Qualitativa
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Material lúdico de exploração visual;</li> <li>✓ Computador com programas variados e específicos);</li> <li>✓ Jogos com fins de manipulação dos recursos lingüísticos e matemáticos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Informação em libras;</li> <li>✓ Placas comunicativas (libras);</li> <li>✓ Alarme visual.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Professor intérprete;</li> <li>✓ Busca permanente na direção da visibilidade do aluno na escola:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>• leitura;</li> <li>• discussão;</li> <li>• eventos sociais, culturais e pedagógicos;</li> <li>• Cursos de formação continuada;</li> <li>• Reconhecer e ativar o potencial sensorial (visual, cognitivo, afetivo, social);</li> <li>• Desenvolvimento específico da capacidade de expressão corporal;</li> <li>• Desenvolvimento do senso crítico.</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Experiências metodológicas variadas e flexíveis baseadas em:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>• estímulo visual;</li> <li>• participação em todas as expressões lúdicas, literárias, esportivas, artísticas;</li> <li>• valorização das expressões corporais;</li> <li>• comunicação que permita a interlocução (troca).</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Avaliação com fins diagnósticos;</li> <li>✓ Investigação do processo de aprendizagem;</li> <li>✓ Avaliação bilateral professor/aluno;</li> <li>✓ Avaliação reflexiva;</li> <li>✓ Enfoque nas presenças sensoriais e cognitivas;</li> <li>✓ Relação permanente entre as condições cognitivas e sensoriais e suas implicações;</li> <li>✓ Reconhecer possíveis ausências da construção de alguns conceitos como condição própria e não como incompetência na aprendizagem;</li> <li>✓ reconhecer ausência do uso de recursos escritos e da comunicação como uma condição e não como incompetência na aprendizagem;</li> <li>✓ análise da lógica construída pelo aluno.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Análise crítica dos conteúdos:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>• sua essência, finalidade, para quê?, para quem?, por quê?;</li> <li>• conteúdo como meio e não como um fim em si;</li> <li>• reconhecer os conteúdos nas especificidades sociais, afetivas e cognitivas para o aluno com necessidades especiais;</li> <li>• análise da construção conceitual.</li> </ul> </li> <li>✓ apoio visual; contextualização dos conteúdos;</li> <li>✓ análise dos significados que o aluno desenvolve</li> <li>✓ análise do uso dos recursos lingüísticos.</li> </ul>

## DEFICIÊNCIA MENTAL

DEFICIÊNCIA MENTAL					
Recursos Materiais Pedagógicos	Espaço Físico e Acessibilidade	Professor(a): Condições Pedagógicas, Humanos e Sociais	Metodologia	Avaliação	Conteúdos: Questão Quantitativa e Qualitativa
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Jogos variados com fins de elaboração de pensamento a partir de manipulação;</li> <li>✓ Adequação de material didático (se necessário);</li> <li>✓ Brinquedos com fins de representação de fatos do cotidiano</li> <li>✓ Material móvel:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>• alfabeto;</li> <li>• figuras;</li> <li>• sílabas;</li> <li>• numeral e quantidades;</li> <li>• exploração sensorial em recursos didáticos;</li> <li>• brinquedos sonoros;</li> <li>• computador;</li> <li>• rádio;</li> <li>• TV.</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Estímulo visual;                             <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ placas comunicativas com símbolos;</li> <li>✓ Espaço recreativo:                                     <ul style="list-style-type: none"> <li>• parque;</li> <li>• piscina.</li> </ul> </li> <li>✓ Espaço esportivo:                                     <ul style="list-style-type: none"> <li>• quadras;</li> <li>• jogos (ping pong, boliche, etc.)</li> </ul> </li> <li>Espaço cultural:                                     <ul style="list-style-type: none"> <li>• biblioteca;</li> <li>• teatro.</li> </ul> </li> <li>✓ Espaço ecológico:                                     <ul style="list-style-type: none"> <li>• animais;</li> <li>• horta;</li> <li>• jardins;</li> <li>• reciclagem.</li> </ul> </li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Buscas permanentes na direção da visibilidade do aluno na escola:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Leitura;</li> <li>• Discussão;</li> <li>• Eventos sociais, culturais e pedagógicos;</li> <li>• Cursos de formação continuada;</li> <li>• Reconhecer as presenças sensoriais, cognitivas, afetivas e sociais no aluno;</li> <li>• Desenvolver senso ético.</li> <li>• Desenvolvimento da capacidade de interação, investigação, pesquisa, quebra de paradigmas internos e sociais.</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Experiências metodológicas variadas e flexíveis baseadas em:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicação verbal professor/alunos;</li> <li>• Interlocução;</li> <li>• Organização do espaço escolar;</li> <li>• Grupos operativos;</li> <li>• Participação em todas as expressões científicas, lúdicas, literárias, esportivas, artísticas;</li> <li>• Estímulos sensoriais;</li> <li>• Diálogo;</li> <li>• Atividades participativas em todas as expressões;</li> <li>• Grupos operativos;</li> <li>• Estímulo à independência e autonomia moral e intelectual;</li> <li>• Estímulo à independência nas atividades de vida diária;</li> <li>• Desafios cognitivos;</li> <li>• Exercício de direitos e deveres;</li> <li>• Exercício de limites e incentivo à participação.</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Avaliação com fins diagnósticos;</li> <li>✓ Investigação do processo de aprendizagem;</li> <li>✓ Avaliação bilateral professor/aluno;</li> <li>✓ Avaliação reflexiva;</li> <li>✓ Enfoque nas presenças sensoriais e cognitivas;</li> <li>✓ Relação permanente entre as condições cognitivas e sensoriais e suas implicações;</li> <li>✓ Reconhecer ausência da construção de alguns conceitos como condição própria e não como incompetência na aprendizagem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Análise crítica dos conteúdos:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sua essência, finalidade, para quê?, para quem?, por quê?;</li> <li>• Conteúdo como meio e não como um fim em si;</li> <li>• Reconhecer os conteúdos nas especialidades sociais, afetivas e cognitivas para o aluno com necessidades especiais;</li> <li>• Análise da construção conceitual.</li> </ul> </li> </ul>

## DEFICIÊNCIA FÍSICA

Recursos Materiais Pedagógicos	Espaço Físico e Acessibilidade	Professor(a): Condições Pedagógicas, Humanos e Sociais	Metodologia	Avaliação	Conteúdos: Questão Quantitativa e Qualitativa
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Adequação de material didático (se necessário);</li> <li>✓ Computador;</li> <li>✓ Exploração sensorial em recursos didáticos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Organização física do espaço escolar;</li> <li>✓ Rampa;</li> <li>✓ Portas adaptadas;</li> <li>✓ Calçada nivelada;</li> <li>✓ Banheiros adaptados;</li> <li>✓ Corrimão;</li> <li>✓ Piso antiderrapante;</li> <li>✓ Acessibilidade a todos os espaços do ambiente escolar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Busca permanente na direção da visibilidade do aluno na escola:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Leitura;</li> <li>• Discussão;</li> </ul> </li> <li>✓ Eventos sociais, culturais e pedagógicos;</li> <li>✓ Cursos de formação continuada;</li> <li>✓ Reconhecer as presenças sensoriais, cognitivas, afetivas e sociais no aluno;</li> <li>✓ Desenvolver senso ético.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Experiências metodológicas variadas e flexíveis baseadas em:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicação verbal;</li> <li>• Interlocução;</li> <li>• Organização do espaço escolar;</li> <li>• Grupos operativos;</li> <li>• Participação em todas as expressões científicas, lúdicas, literárias, esportivas, artísticas.</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Avaliação com fins diagnósticos;</li> <li>✓ investigação do processo de aprendizagem;</li> <li>✓ avaliação bilateral professor/aluno;</li> <li>✓ Avaliação reflexiva;</li> <li>✓ enfoque nas presenças sensoriais e cognitivas;</li> <li>✓ Relação permanente entre as condições cognitivas e sensoriais e suas implicações;</li> <li>✓ Reconhecer ausência da construção de alguns conceitos como condição própria e não como incompetência na aprendizagem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Análise crítica dos conteúdos:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sua essência, finalidade, para quê?, para quem?, por quê?;</li> <li>• Conteúdo como meio e não como um fim em si;</li> <li>• Reconhecer os conteúdos nas especificidades sociais, afetivas e cognitivas para o aluno com necessidades especiais;</li> <li>• Análise da construção conceitual.</li> </ul> </li> </ul>

**OBS:** Os quadros consistem em ações gerais. Evidencia-se a necessidade de revisão para cada aluno de acordo com sua demanda e exigências particulares.

Bem como para a organização de cada sala de aula quanto à necessidade de limitação no número de alunos e/ou a presença de professor auxiliar.

OBJETIVOS E METAS	AÇÃO OU ATIVIDADE
<p>1. Ampliar, em parceria com as Secretarias Municipais de Saúde, de Desenvolvimento Social e Humano e instituições especializadas a oferta da estimulação precoce para as crianças com necessidades especiais.</p>	<p>- Garantir no Plano Plurianual do Município e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, recursos para a oferta de programas de estimulação precoce, bem como para a contratação de profissionais especializados para atender a demanda.</p>
<p>2. Organizar, coordenar e acompanhar a implementação do que determina a legislação quanto à educação Inclusiva, no Sistema Municipal de Ensino.</p>	<p>- Promover encontros periódicos entre professores, pedagogos e profissionais ligados ao atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, buscando o intercâmbio de experiências.</p>
<p>3. Buscar recursos para o atendimento das especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.</p>	<p>- Articular junto à União, Governo do Estado, Governo Municipal, escolas, empresas e Clubes de Serviço, recursos para a implantação e implementação de programas de atendimento a pessoas com necessidades educacionais especiais.</p>
<p>4. Garantir, aos professores programas sistemáticos de formação e de qualificação, com conteúdos pertinentes à Educação Inclusiva.</p>	<p>- Estabelecer convênios com Universidades e/ou clínicas especializadas, para a capacitação e formação continuada dos professores das classes regulares da Educação Básica.</p>

<b>OBJETIVOS E METAS</b>	<b>AÇÃO OU ATIVIDADE</b>
<p><b>5.</b> Implantar, a partir da aprovação deste Plano, um programa para aplicação de testes de acuidade visual e auditiva, no início de cada ano letivo, sendo que no primeiro ano, aplicado na Educação Infantil e a partir do 2º ano, em alunos da Educação Infantil e alunos novos de 1º ano do Ensino Fundamental.</p>	<p>- Elaborar um programa para o atendimento das diferentes necessidades e, capacitar profissionais para a aplicação dos testes, nas escolas do Município, bem como os devidos encaminhamentos para o serviço de saúde.</p>
<p><b>6.</b> Criar, gradativamente, salas de recursos, de forma a favorecer e apoiar a integração dos educandos com necessidades especiais e alunos com dificuldades de aprendizagem, fornecendo-lhes estímulos adicionais para um atendimento mais efetivo nas classes regulares.</p>	<p>- Contemplar, na proposta pedagógica das escolas, projetos que atendam as necessidades e que sejam desenvolvidas por professores habilitados.</p>
<p><b>7.</b> Prover as escolas de recursos e garantir acesso e permanência aos alunos com necessidades especiais.</p>	<p>- Contemplar na proposta pedagógica das escolas a oferta de educação inclusiva, observando metodologia, diretrizes curriculares, sistema de avaliação e de promoção, garantindo o acesso, a permanência e a conclusão do ensino fundamental conforme a legislação vigente.</p>
<p><b>8.</b> Buscar parcerias com especialistas para o atendimento educacional adequado às crianças com necessidades especiais e para prestar assessoria profissional aos professores junto às unidades escolares.</p>	<p>- Garantir orientação aos professores do ensino regular, quanto a procedimentos educativos a serem utilizados no trabalho aos alunos com necessidades educacionais especiais.</p>

<b>OBJETIVOS E METAS</b>	<b>AÇÃO OU ATIVIDADE</b>
<p><b>9.</b> Implantar, gradativamente, transporte adaptado para os alunos com necessidades especiais.</p>	<p>- Buscar recursos para aquisição ou adaptação de meios de transporte para o atendimento aos deficientes físicos.</p>
<p><b>10.</b> Estabelecer mecanismos de cooperação com empresas, desenvolvendo uma política de educação para o trabalho.</p>	<p>- Viabilizar programas de qualificação profissional aos alunos com necessidades educacionais especiais, estabelecendo parcerias com empresas e instituições qualificadas.</p>
<p><b>11.</b> Estabelecer um sistema de informações com dados fidedignos sobre a população a ser atendida pela educação especial, a serem coletados pelo censo educacional e pelos censos populacionais.</p>	<p>- Incluir no censo municipal questões que colem dados sobre a população a ser atendida pela educação especial e inclusiva.</p>
<p><b>12.</b> Implantar gradativamente, a partir do primeiro ano deste plano, programas de atendimento aos alunos com altas habilidades buscando promover seu desenvolvimento integral.</p>	<p>- Ampliar programa de atendimento e desenvolvimento de alunos com altas habilidades.</p>

#### **4- FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO**

No setor público, a Constituição Federal (CF), de 1988, e a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, atribuíram à União, aos Estados, ao Distrito Federal (DF) e aos Municípios a responsabilidade pela administração do sistema educacional brasileiro, consagrando a existência de três sistemas de ensino público, tendo como fundamento o regime de colaboração entre essas instâncias federadas. Cada instância do poder público tem, assim, um sistema de ensino para manter e expandir, acarretando gastos, bem como mecanismos e fontes de recursos para o seu financiamento.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu explicitamente que a educação é um direito social e, para tal, definiu os responsáveis – família e Estado – pelo seu provimento. Visando assegurar o cumprimento deste mandamento e, com isso, garantir o pleno gozo do direito ao cidadão, estabeleceu as fontes de financiamento que gerariam os recursos que o Estado disporia para bancar os seus gastos. Já a LDBEN, promulgada em 1996, vinculou explicitamente a educação ao “mundo do trabalho” e à prática social, e também se preocupou em estabelecer fontes de financiamento para os gastos educacionais. No que tange à ação pública pela educação, as normas legais atribuíram à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a responsabilidade pela manutenção e expansão do ensino e consagraram uma estrutura de financiamento para tanto. Além disso, na definição dos princípios constitucionais que regem a educação, afirma-se que, no tocante ao financiamento desse setor, estabelecido essencialmente no item IV do Artigo 206 da CF, o ensino público, em estabelecimentos oficiais, será gratuito.

Ainda no capítulo de recursos financeiros, a LDBEN, preocupada com a qualidade da educação, fixou que os entes federados estabelecerão padrões mínimos para o ensino fundamental, baseados no cálculo do custo mínimo por aluno. Fixou, ainda, que é responsabilidade da União efetuar os cálculos, considerando-se as variações regionais e as diversas modalidades de ensino. No que diz respeito à distribuição dos recursos públicos, a prioridade nacional para aplicação dos mesmos será o ensino fundamental, incluindo-se, também a Educação Infantil que passa a ser assistida financeiramente por conta da

criação do FUNDEB, tudo isso em concordância com o Plano Nacional de Educação.

O Município de Macaé, atento ao enorme compromisso de honrar o cumprimento das metas fiscais e atender a demanda educacional, desenvolve continuamente atividades que privilegiam a arrecadação dos tributos a ela atrelados tais como:

- Lançamento e distribuição de carnês de IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano), Alvarás e ISS (Imposto sobre Serviços) nos primeiros meses do ano com incentivos para pagamento à vista;
- Ampla divulgação das datas de vencimento e facilidade de pagamento pela rede bancária;
- Entrega em domicílio dos carnês remanescentes;
- Monitoramento da cobrança da Dívida Ativa através de notificações, parcelamentos e cobrança judicial;
- Especial atenção é dispensada à avaliação dos imóveis, visando arrecadação de ITBI (Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis);
- Levantamentos fiscais nas empresas de prestação de serviços, visando regularização da cobrança de ISS;
- Rigoroso controle das DFC's, visando incrementar o índice que determina o retorno de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços);
- Acompanhamento do índice populacional, através do IBGE, com vistas à mudança de faixa, otimizando o repasse do FPM (Fundo de Participação dos Municípios);
- Retenção do correspondente IR (Imposto de Renda) e ISS sobre as Notas Fiscais de Fornecedores no ramo de prestação de serviços;
- Incentivo ao emplacamento de veículos na cidade para aumento do IPVA (Imposto sobre Propriedades de Veículos Auto Motores).

Os recursos, com os quais o Município conta para manutenção e desenvolvimento da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, são aqueles previstos no orçamento e são representados pela vinculação das receitas institucionais, estas, tidas como um mínimo a ser investido. Porém, o Município, para não prejudicar as metas educacionais, não raramente, lança mão de recursos complementares, representados por outras receitas que compõem a totalidade dos recursos orçamentários.

O financiamento da educação municipal está previsto na Lei Orgânica Municipal, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Lei de Orçamento, em seus Planos Plurianuais e no Plano da Secretaria Municipal Especial de Educação. Parte dos recursos estão vinculados ao MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, conforme Artigo 212 da CF e Artigo 69 da LDBEN, complementado com recursos próprios oriundos de impostos tributários do Município, de repasses estaduais e federais e de verbas de programas do Ministério de Educação e Cultura. Outras fontes de financiamento são: o salário-educação e os recursos recebidos do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação Básica.

#### **DIRETRIZES:**

As diretrizes estabelecidas para a Gestão e Financiamento do Plano Municipal de Educação para a próxima década estão pautadas nas seguintes premissas:

- vinculação dos recursos;
- transparência na gestão;
- desburocratização e descentralização;
- manutenção do padrão de qualidade na educação;
- combate ao trabalho infantil, à evasão e à repetência escolar;
- aprimoramento do regime de colaboração entre a União, Estado e Município;
- consolidação de sistemas de informação.

## **5- FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO**

O Programa de Formação Continuada dos Profissionais da Educação, desenvolvido pela Secretaria Municipal Especial de Educação, vem atender o Plano de Metas da SEMED, no sentido de oportunizar a melhoria da qualidade do ensino, de forma a garantir a aprendizagem dos alunos através da atualização de todos os profissionais envolvidos no processo educativo.

O Programa busca desenvolver nos profissionais uma atitude investigativa e reflexiva, uma vez que as atividades que exercem se constituem um campo de produção do conhecimento, envolvendo aprendizagens que vão além da simples aplicação de conteúdos assimilados.

Após constatar a necessidade de formação em serviço para grande número de professores de Ensino Fundamental, a Secretaria Municipal Especial de Educação de Macaé implanta o Programa de Formação Continuada com o objetivo de ajudar a transformar a prática dos educadores, no sentido de promover cursos que abrangessem as diversas áreas do conhecimento.

O objetivo precípua desses cursos é a interatividade, o partilhar de saberes e a reflexão coletiva com a finalidade de transformar a prática docente no cotidiano das escolas e garantir a formação adequada extensiva a todos os educadores, de acordo com seu interesse e adesão.

A partir de sua implantação, a Secretaria divulga anualmente a agenda dos cursos oferecidos, ministrados por sua equipe técnica, com cargas horárias definidas de forma a oferecer aos cursistas uma formação básica na área dos cursos em que se inscreveram.

Divulgada a agenda anual dos cursos oferecidos, os interessados se inscrevem por adesão. Os profissionais com matrícula na Rede têm prioridade de atendimento. Em caso de vagas ociosas, a Secretaria abre exceção para atendimento a outros que nela atuam e estejam interessados na formação, como também para aqueles de outras Redes de Ensino e Instituições Educacionais.

Os cursistas que comprovem sua participação com frequência mínima estipulada (75 %) nos cursos em que se inscreveram, recebem ao término dos mesmos um Certificado de Conclusão.

Na perspectiva de que a formação do professor seja o aspecto mais importante para melhoria da qualidade do ensino na Rede Municipal de Macaé, a Secretaria Municipal Especial de Educação tem procurado sensibilizar os profissionais da Rede para a participação nos cursos oferecidos, oportunizando-lhes a busca de novos conhecimentos e métodos que possam subsidiar e fundamentar suas práticas, possibilitando uma aproximação entre a atuação em sala de aula e os conhecimentos nos quais ela se fundamenta e para compor o Plano Municipal de Educação traçou os seguintes objetivos e ações:

<b>OBJETIVOS E METAS</b>	<b>AÇÃO OU ATIVIDADE</b>
<p><b>1.</b> Adequar o Plano de Carreira à legislação vigente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir meios para representatividade dos professores na reestruturação do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal;</li> <li>- Encaminhar sugestões para reestruturação do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal para a aprovação pelo Poder Público;</li> <li>- Acompanhar o cumprimento do Plano de Carreira Municipal.</li> </ul>
<p><b>2.</b> Sensibilizar os profissionais do Magistério Municipal para participação nos cursos oferecidos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Incentivar a participação dos profissionais do magistério em Congressos Estaduais e Nacionais de Educação;</li> <li>- Garantir espaço e tempo para formação em serviço e fora dele para estudos, pesquisa, e participação em cursos dos profissionais do Magistério Municipal.</li> </ul>

OBJETIVOS E METAS	AÇÃO OU ATIVIDADE
<p><b>3.</b> Refletir coletivamente, interagir e partilhar saberes a partir do desenvolvimento de temas pertinentes à prática pedagógica.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Interagir com outras Secretarias Municipais, Estaduais, MEC e os profissionais de diversas áreas do conhecimento no sentido de aliar a fundamentação teórica às vivências efetivas dos colaboradores que venham de alguma forma, a atuar nas escolas municipais.</li> <li>- Incentivar a organização dos horários de atividades nas Unidades Escolares.</li> </ul>
<p><b>4.</b> Possibilitar às Redes Estadual e Privada de Educação do Município e municípios vizinhos a participação em programas e projetos do MEC, entre outros.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Oportunizar a participação dos profissionais da educação das demais redes de ensino.</li> </ul>
<p><b>5.</b> Garantir jornadas com tempo para estudo, leitura e discussão de novas metodologias e tecnologias de ensino, mediadoras do processo ensino-aprendizagem.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover reuniões para levantamento de questões alusivas ao cotidiano escolar no que diz respeito à socialização, democratização, universalização e excelência do ensino.</li> </ul>
<p><b>6.</b> Estimular o acesso dos profissionais do magistério às diversas atividades culturais como meio de enriquecimento profissional e pessoal.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Possibilitar a participação dos profissionais da educação às diversas atividades culturais definidas pela SEMED, estabelecendo critérios para a viabilização de suporte financeiro.</li> </ul>

## **6- ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME**

Um plano da importância e complexidade de um Plano Municipal de Educação - PME deve prever mecanismos de acompanhamento e avaliação que lhe dêem segurança no prosseguimento das ações ao longo do tempo. Adaptações e medidas corretivas podem ser necessárias, e dependerão de uma constante avaliação de percurso.

A implantação e desenvolvimento do PME precisam de uma coordenação geral que será exercida, continuamente, pelo Conselho Municipal de Educação, que conta com representações de vários segmentos e com a presença do Secretário Municipal Especial de Educação, além de ter, entre suas atribuições, a de acompanhar e fiscalizar as políticas educacionais no Município.

À Secretaria Municipal Especial de Educação cabe um importante papel indutor no desenvolvimento do PME, como gestora de sua própria rede e como interlocutora com as demais redes presentes no Município.

A avaliação do PME deve valer-se de dados e análises quantitativas e qualitativas fornecidos pelos sistemas federal e estadual de avaliação e informação educacional, bem como desenvolver seu próprio sistema para tal fim.

A avaliação contínua do PME deverá reunir indicadores para a primeira avaliação periódica do Plano, a ser realizada em 2010. As próximas avaliações periódicas dar-se-ão a cada dois anos, até a conclusão do decênio.

Para as avaliações periódicas, o Conselho Municipal de Educação deverá preparar documento com os indicadores para a avaliação do plano, apontando em que medida as metas estão sendo atingidas.

Os objetivos e as metas deste Plano somente poderão ser alcançados se ele for concebido e acolhido como um Plano de Estado, mais do que como um Plano de Governo, e, por isso, assumido como um compromisso da sociedade para consigo mesma.

Sua discussão e aprovação pela Câmara Municipal, num contexto de expressiva participação social, o acompanhamento e avaliação conforme acima delineados são fatores decisivos para que a educação contribua para a produção de grandes mudanças para o desenvolvimento, a inclusão e a cidadania do povo macaense.

## **7- ANEXOS**

Este conjunto de doze tabelas traz informações sobre população, Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, Índice de Desenvolvimento da Infância - IDI e taxa de analfabetismo. Há ainda o número de escolas e matrículas em cada nível de ensino da educação básica oferecida no Município, e também quantas instituições de ensino superior existem no local.

Especificamente sobre a Rede Municipal, são apresentadas as taxas de escolarização nos Ensinos Fundamental e Médio, resultados da Prova Brasil e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. Com as informações também é possível saber se no Município há escolas localizadas em área rural, assentamento, áreas remanescentes de quilombos e comunidades indígenas, bem como obter as taxas de aprovação, reprovação e abandono por série, distorção idade-série e distorção idade-conclusão, além do número de matrículas em Programas de Correção de Fluxo, média de alunos por turma, média diária de horas/aula e a relação matrícula/função docente. Os indicadores cuja fonte dos dados não é indicada nas tabelas foram gerados pelo INEP.

Tabela 1. Informações sobre o Município							
População(1)			PIB (R\$) (2)	IDH (3)	IDI (4)	Taxa analfabetismo (%) (1)	
Urbana	Rural	Total				População de 10 a 15 anos	População de 15 anos ou mais
<b>Fonte:</b> (1) IBGE - 2000; (2) IBGE - 2003; (3) Índice de Desenvolvimento Urbano - UNESCO - 2000; (4) Índice de Desenvolvimento da Infância - Unicef - 2004							
114.342	5.890	120.232	14.100.000,0	0,79	0,89	2,8	7,9

Tabela 2. Número de estabelecimentos de ensino por categoria administrativa - 2006													
Número de Escolas - Educação Básica										Número de IES			
Privadas		Federais		Municipais		Estaduais		Total		Total Geral	Pública	Privada	Total
U	R	U	R	U	R	U	R	U	R				
30	0	1	0	99	17	12	0	142	17	159	1	2	3

**Legenda:** U - Zona Urbana; R - Zona Rural; IES - Instituições de Ensino Superior

Tabela 3. Taxa de escolarização líquida (%)	
Ensino Fundamental	Ensino Médio
<b>Dados:</b> IBGE 2000; Tabulação: Inep/MEC	
90,9	40,9

**Tabela 4. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB 2005**

	<b>Ensino Fundamental Anos Iniciais</b>	<b>Ensino Fundamental Anos Finais</b>	<b>Ensino Médio</b>
<b>Brasil</b>			
<b>Total</b>	3,8	3,5	3,4
<b>Urbano</b>	4,0		
<b>Rural</b>	2,7		
<b>Rede Pública</b>	3,6	3,2	3,1
<b>Rede Federal</b>	6,4	6,3	5,6
<b>Rede Estadual</b>	3,9	3,3	3,0
<b>Rede Municipal</b>	3,4	3,1	2,9
<b>Rede Privada</b>	5,9	5,8	5,6
<b>Rede Estadual do seu Estado</b>	3,7	2,9	2,8
<b>Rede Estadual do seu Município</b>	3,8	2,9	
<b>Rede Municipal do seu Município</b>	4,4	3,6	

**Tabela 5. Informações gerais - 2006**

**Rede Municipal de Ensino**

Apresenta escola em zona rural: Sim (X) Não ( )

Apresenta escola em área de assentamento: Sim ( ) Não (X)

Apresenta escola em área remanescente de quilombo: Sim ( ) Não (X)

Apresenta escola em área de comunidade indígena: Sim ( ) Não (X)

**Tabela 6. Distribuição de estabelecimentos, matrículas e funções docentes por localização, duração do turno e formação - rede municipal - 2006**

Nível	Número de Estabelecimentos de Ensino			Matrículas por turno										Funções Docentes				
	Urbana	Rural	Total	Urbana					Rural					Total Geral	C/FS	C/EM	S/EM	Total
				D-4	D+4	N-4	N+4	T	D-4	D+4	N-4	N+4	T					

**LEGENDA PARA MATRÍCULAS POR TURNO:**

**D-4:** Diurno (início das aulas antes das 17 horas) - menos de 4 horas/aula/dia  
**D+4:** Diurno (início das aulas antes das 17 horas) - 4 horas/aula/dia ou mais  
**N-4:** Noturno (início das aulas a partir das 17 horas) - menos de 4 horas/aula/dia  
**N+4:** Noturno (início das aulas a partir das 17 horas) - 4 horas/aula/dia ou mais

**LEGENDA PARA FUNÇÕES DOCENTES:**

**C/FS:** Com formação superior  
**C/EM:** Com ensino médio  
**S/EM:** Sem ensino médio

Creche	44	4	48	0	1.454	0	0	1.454	0	9	0	0	9	1.463	38	48	0	86
Pré-escola	60	13	73	0	7.019	0	0	7.019	0	137	0	0	137	7.156	136	217	0	353
Ensino Fundamental - Anos Iniciais	44	16	60	0	13.732	0	0	13.732	0	370	0	0	370	14.102	248	391	0	639
Ensino Fundamental - Anos Finais	19	1	20	0	7.284	0	213	7.497	0	114	0	0	114	7.611	604	0	0	604
Classe Multidisciplinar	4	14	18															
Ensino Médio	6	1	7	0	604	0	445	1.049	0	0	0	44	44	1.093	100	0	0	100

Tabela 7. Condições de oferta municipal - rede municipal - 2006

Indicador	Creche		Pré-escola		Ensino Fundamental Anos Iniciais		Ensino Fundamental Anos Finais		Ensino Médio	
	U	R	U	R	U	R	U	R	U	R
<b>Legenda:</b> U - Zona Urbana; R - Zona Rural										
Média de alunos por turma	19,3		21,1	35,3	21,6	18,8	30,2	22,8	8,4	14,7
Média de hora - aula diária	7,3	4,0	6,0	4,0	4,0	4,0	5,2	5,3	4,9	4,0
Relação Matrícula/Função Docente	17,3	4,5	20,8	9,1	22,4	14,8	12,7	8,8	12,1	3,4

Tabela 8. Taxa de rendimento (%) - rede municipal

Fase/Nível	Taxa Aprovação			Taxa Reprovação			Taxa Abandono			
	U	R	T	U	R	T	U	R	T	
<b>Legenda:</b> U - Zona Urbana; R - Zona Rural										
1ª série / 2º ano	2001	79,1	73,5	78,8	14,0	13,6	14,0	6,9	12,9	7,2
	2005	77,9	80,6	78,0	20,0	19,4	20,0	2,1	0,0	2,0
2ª série / 3º ano	2001	82,0	77,6	81,8	12,0	8,0	11,8	6,0	14,4	6,4
	2005	83,6	83,6	83,5	14,6	13,9	14,6	1,8	2,5	1,9
3ª série / 4º ano	2001	82,9	86,6	83,0	9,8	5,4	9,6	7,3	8,0	7,4
	2005	86,4	87,1	86,3	12,5	12,9	12,6	1,1	0,0	1,1
4ª série / 5º ano	2001	85,5	84,2	85,4	8,4	8,8	8,4	6,1	7,0	6,2
	2005	88,3	77,8	88,1	9,9	22,2	10,2	1,8	0,0	1,7
5ª série / 6º ano	2001	70,6	71,5	70,7	16,8	19,6	16,8	12,6	8,9	12,5
	2005	69,2	51,4	69,0	24,0	48,6	24,3	6,8	0,0	6,7
6ª série / 7º ano	2001	78,2	82,7	78,4	12,7	17,3	12,8	9,1	0,0	8,8
	2005	69,9	37,0	69,5	23,7	63,0	24,2	6,4	0,0	6,3
7ª série - 8º ano	2001	81,8	85,8	82,0	8,5	7,1	8,4	9,7	7,1	9,6
	2005	72,8	85,0	72,9	20,8	15,0	20,8	6,4	0,0	6,3
8ª série / 9º ano	2001	82,4	92,1	82,8	7,7	0,0	7,4	9,9	7,9	9,8
	2005	80,0	100,0	80,2	13,3	0,0	13,1	6,7	0,0	6,7
Ensino Médio	2001	75,9		75,9	5,2		5,2	18,9		18,9
	2005	66,7	83,6	67,5	13,9	8,2	13,7	19,4	8,2	18,8

**Tabela 9. Resultados da Prova Brasil 2005 - rede municipal**

Fase/Nível	Matrícula(urbana)	Nº participantes(Prova Brasil)	Matemática	Língua Portuguesa	Padronização Matemática	Padronização Língua Portuguesa
4ª série	2.471	1.840	196,54	189,11	5,21	5,09
8ª série	1.295	945	258,82	235,64	5,29	4,52

**Tabela 10. Distorção idade-série (%) - rede municipal**

Fase/Nível	Ano	Urbana	Rural	Total
1ª série / 2º ano	2001	19,7	34,6	20,4
	2005	24,3	36,1	24,7
2ª série / 3º ano	2001	32,9	51,9	34,0
	2005	29,3	35,2	29,4
3ª série / 4º ano	2001	34,3	57,1	35,4
	2005	26,6	25,3	26,5
4ª série / 5º ano	2001	37,2	55,9	38,2
	2005	26,4	38,2	26,7
5ª série / 6º ano	2001	46,9	49,1	47,0
	2005	40,7	68,6	41,1
6ª série / 7º ano	2001	44,5	51,9	44,7
	2005	41,8	70,4	42,2
7ª série / 8º ano	2001	42,9	62,5	43,5
	2005	40,1	52,4	40,2
8ª série – 9º ano	2001	43,6	62,5	44,4
	2005	38,0	25,0	37,9
Ensino Médio	2001	67,6		67,6
	2005	51,6	74,5	52,8

<b>Tabela 11. Distorção idade-conclusão (%) - rede municipal</b>				
<b>Localização</b>	<b>Ensino Fundamental</b>		<b>Ensino Médio</b>	
	<b>2001</b>	<b>2005</b>	<b>2001</b>	<b>2005</b>
<b>Urbana</b>	33,8	68,3	91,7	40,8
<b>Rural</b>	81,8	78,6		73,3
<b>Total</b>	34,5	68,5	91,7	43,6

<b>Tabela 12. Matrículas em Programas de Correção de Fluxo e alunos reclassificados no Ensino Fundamental- rede municipal 2005</b>		
<b>Nível</b>	<b>Matrículas em programa de correção de fluxo (classe de aceleração)</b>	<b>Quantidade de alunos reclassificados no Ensino Fundamental</b>
<b>Ensino Fundamental - Anos Iniciais</b>	1018	3
<b>Ensino Fundamental - Anos Finais</b>	0	1
<b>Total</b>	1018	4

Tabela 13

<b>PREFEITURA : MACAE - RJ</b>							
<b>SITUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS</b>							
<b>PDDE - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA</b>							
1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
APROVADA	APROVADA	APROVADA	APROVADA	APROVADA	APROVADA	APROVADA	APROVADA
<b>PNAE - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR</b>							
1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
APROVADA	APROVADA	APROVADA	APROVADA	APROVADA	APROVADA	APROVADA	APROVADA
<b>PNAC - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR P/ CRECHE</b>							
				2003	2004	2005	2006
				APROVADA	APROVADA	APROVADA	APROVADA
<b>PNATE - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSP DO ESCOLAR</b>							
					2004	2005	2006
					APROVADA	APROVADA	APROVADA

## Demonstrativo da Origem dos Recursos - 2006

**Macaé – RJ**  
**dezembro/2006**

<b>Decêndio</b>	<b>1º</b>	<b>2º</b>	<b>3º</b>	<b>Total</b>
<b>FPM</b>	765.512,01	734.861,43	543.311,13	2.043.684,57
<b>ITR</b>	7.643,19	0,00	2.843,76	10.486,95
<b>IOF</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>CIDE</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>FEX</b>	134.469,03	0,00	134.469,03	268.938,06
<b>ICMS LC 87/96</b>	0,00	0,00	64.484,54	64.484,54
<b>ICMS LC 87/96-1579</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>FUNDEF</b>	419.679,04	1.688.009,87	628.278,22	2.735.967,13
<b>FUNDEB</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	1.327.303,27	2.422.871,30	1.373.386,68	5.123.561,25

### Origens do FUNDEF

<b>Decêndio</b>	<b>1º</b>	<b>2º</b>	<b>3º</b>	<b>Total</b>
<b>FPE</b>	31.507,51	30.165,92	22.293,54	83.966,97
<b>FPM</b>	64.059,32	60.909,01	44.964,49	169.932,82
<b>IPI-EXP</b>	10.474,91	9.922,85	40.001,10	60.398,86
<b>ICMS</b>	313.637,30	1.587.012,09	505.553,08	2.406.202,47
<b>Complementação da União</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Lei Complementar Nº 87</b>	0,00	0,00	15.466,01	15.466,01
<b>Total</b>	419.679,04	1.688.009,87	628.278,22	2.735.967,13

## Demonstrativo da Origem dos Recursos - 2007

### Macaé - RJ dezembro/2007

Decêndio	1º	2º	3º	Total
FPM	1.493.510,77	896.979,02	506.466,09	2.896.955,88
ITR	127,23	807,84	2.400,01	3.335,08
IOF	0,00	0,00	0,00	0,00
CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00
FEX	0,00	0,00	22.351,08	22.351,08
ICMS LC 87/96	0,00	0,00	72.339,63	72.339,63
ICMS LC 87/96-1579	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDEF	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDEB	491.901,88	1.844.519,78	637.461,62	2.973.883,28
<b>Total</b>	<b>1.985.539,88</b>	<b>2.742.306,64</b>	<b>1.241.018,43</b>	<b>5.968.864,95</b>

### Origens do FUNDEB

Decêndio	1º	2º	3º	Total
FPM	109.426,59	81.678,40	46.122,37	237.227,36
FPE	54.629,48	40.776,57	23.025,86	118.431,91
IPI-EXP	14.974,80	18.633,78	43.902,57	77.511,15
Complementação da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Lei Complementar Nº 87	0,00	0,00	16.548,04	16.548,04
ITR	12,00	39,12	76,65	127,77
IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00
ITCMD	0,00	0,00	0,00	0,00
ICMS	312.859,01	1.703.391,91	507.786,13	2.524.037,05
<b>Total</b>	<b>491.901,88</b>	<b>1.844.519,78</b>	<b>637.461,62</b>	<b>2.973.883,28</b>

## Demonstrativo da Origem dos Recursos - 2008

**Macaé - RJ**  
**janeiro/2008**

Decêndio	1º	2º	3º	Total
<b>FPM</b>	1.168.541,82	808.127,17	320.289,37	2.296.958,36
<b>ITR</b>	128,55	390,20	2.176,12	2.694,87
<b>IOF</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>CIDE</b>	0,00	94.376,58	0,00	94.376,58
<b>FEX</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>ICMS LC 87/96</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>ICMS LC 87/96-1579</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>FUNDEF</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>FUNDEB</b>	585.766,46	1.723.710,25	1.373.581,51	3.683.058,22
<b>Total</b>	1.754.436,83	2.626.604,20	1.696.047,00	6.077.088,03

### Origens do FUNDEB

Decêndio	1º	2º	3º	Total
<b>FPM</b>	121.166,07	83.523,07	34.783,43	239.472,57
<b>FPE</b>	59.599,76	41.217,34	17.187,43	118.004,53
<b>IPI-EXP</b>	14.439,55	16.569,68	43.355,18	74.364,41
<b>Complementação da União</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Lei Complementar Nº 87</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>ITR</b>	10,37	63,88	99,52	173,77
<b>IPVA</b>	0,00	64.271,00	254.280,71	318.551,71
<b>ITCMD</b>	0,00	4.372,19	11.694,26	16.066,45
<b>ICMS</b>	390.550,71	1.513.693,09	1.012.180,98	2.916.424,78
<b>Total</b>	585.766,46	1.723.710,25	1.373.581,51	3.683.058,22

A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI - Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 15 % (quinze por cento) destinada ao FUNDEF.

De janeiro a fevereiro de 2007, dos valores do FPM, FPE, IPI - Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 15 % (quinze por cento) destinada ao FUNDEB.

De março a dezembro de 2007, dos valores do FPM, FPE, IPI - Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 16,66 %

(dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) destinada ao FUNDEB.

De março a dezembro de 2007, dos valores do ITR, já está descontada a parcela de 6,66 % (seis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) destinada ao FUNDEB.

## 8- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Plano Nacional de Educação Lei n.º 10.172/01
2. Constituição Federal de 1988
3. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96
4. Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação pertinentes a cada nível e modalidade de ensino e temas especiais
5. Lei Orgânica do Município de Macaé
6. Lei do Sistema Municipal de Ensino de Macaé
7. Portaria SEMED nº 03/2005, 14 de outubro de 2005.
8. CEB/CNB. Resolução 10/2000 – Fixa diretrizes curriculares nacionais para EJA.
9. Macaé, Deliberação 001/2003 – Fixa normas para o funcionamento da EJA na Rede Municipal de Macaé.
10. Emenda Constitucional n.º 53/06, – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
11. Estatuto da Criança e do Adolescente
12. [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados\\_municipios/municipios.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/municipios.asp)
13. <http://portal.mec.gov.br/index.php>
  - MEC/SEF/COEDI. Política Nacional de Educação Infantil, Brasília, 1994.
  - Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil - Introdução Vol.I.